

# SOCIALISMO EM DISCUSSÃO

FERNANDO HADDAD  
RICARDO ANTUNES  
GILMAR MAURO  
GILMAR CARNEIRO



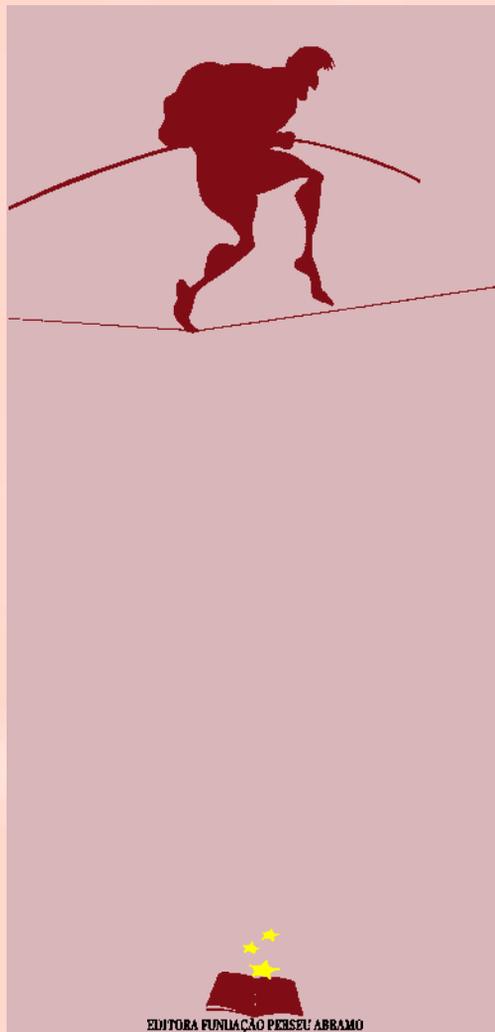
SINDICATOS  
COOPERATIVAS  
E SOCIALISMO



EDITORA FUNÇÃO PERSEU ABRAMO

O SEGUNDO CICLO DO SEMINÁRIO **SOCIALISMO E DEMOCRACIA** DEDICOU-SE AO EXAME DE QUESTÕES CONCRETAS QUE ESTÃO SENDO POSTAS PARA AS ESQUERDAS NO **BRASIL**. A ABORDAGEM DESSAS QUESTÕES JUNTOU AS URGÊNCIAS DE CURTO PRAZO COM A PERSPECTIVA HISTÓRICA MAIS LARGA DO FUTURO. POR ISSO, OS VÁRIOS TEMAS FORAM TRABALHADOS, SEMPRE, PERGUNTANDO-SE QUAIS SÃO SUAS INTERAÇÕES COM O SOCIALISMO. FORAM ABORDADOS TEMAS COMO A RICA EXPERIÊNCIA – QUE A VÁRIOS TÍTULOS REPRESENTA UMA ENORME INOVAÇÃO POLÍTICA – DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, O PLANEJAMENTO URBANO, A REFORMA AGRÁRIA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA, AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA LUTA SOCIAL, A DECISIVA REVOLUÇÃO MOLECULAR-DIGITAL E A VIRADA DA INFORMAÇÃO, E, POR ÚLTIMO, AS COMPLEXAS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS NA ERA DA CHAMADA GLOBALIZAÇÃO. O EXAME TRAVEJOU, SEMPRE, A EXPERIÊNCIA DAS LUTAS COM A REFLEXÃO QUE PROCURAVA PROJETÁ-LAS E ENTENDÊ-LAS NO QUADRO DA TRANSFORMAÇÃO URGENTE E RADICAL. NÃO PARA UM DIA QUALQUER POSTERIOR À REVOLUÇÃO, MAS DIUTURNAMENTE.

FRANCISCO DE OLIVEIRA



Socialismo em discussão

# SINDICATOS, COOPERATIVAS E SOCIALISMO

Fernando Haddad

Gilmar Carneiro

Ricardo Antunes

Gilmar Mauro



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

## **Fundação Perseu Abramo**

Instituída pelo Diretório Nacional  
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

### **Diretoria**

Hamilton Pereira – presidente  
Ricardo de Azevedo – vice-presidente  
Selma Rocha – diretora  
Flávio Jorge Rodrigues da Silva – diretor

### **Editora Fundação Perseu Abramo**

#### **Coordenação Editorial**

Flamarion Maués

#### **Editora Assistente**

Candice Quinelato Baptista

### **Assistente Editorial**

Viviane Akemi Uemura

### **Revisão**

Márcio Guimarães de Araújo  
Maurício Balthazar Leal

### **Capa e Projeto Gráfico**

Gilberto Maringoni

### **Ilustração da Capa**

Paulino NR Lazur

### **Editoração Eletrônica**

Enrique Pablo Grande

### **Impressão**

Cromosete Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sindicatos, cooperativas e socialismo / Fernando Haddad... [et al.]. -- São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. -- (Coleção socialismo em discussão)

Outros autores: Gilmar Mauro, Gilmar Carneiro, Ricardo Antunes

Bibliografia.  
ISBN 85-86964-80-7

1. Cooperativismo 2. Sindicalismo 3. Socialismo I. Haddad, Fernando. II. Mauro, Gilmar. III. Carneiro, Gilmar. IV. Antunes, Ricardo. V. Série

03-0701

CDD-320.531

1ª edição: abril de 2003 – Tiragem: 3 mil exemplares

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224 – CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Na Internet: <http://www.rfpa.com.br> – Correio eletrônico: [editora@fpabramo.org.br](mailto:editora@fpabramo.org.br)

Copyright © 2003 by Editora Fundação Perseu Abramo — ISBN 85-86469-80-7

## **Apresentação**

*Francisco de Oliveira* ..... 5

## **Sindicalismo, cooperativismo e socialismo**

*Fernando Haddad* ..... 7

Salário, preço e lucro ..... 8

Indeterminações ..... 15

Política e Estado de bem-estar ..... 20

Sindicalismo e cooperativismo ..... 26

Marx e o cooperativismo ..... 31

Cooperativismo e sindicalismo ..... 37

Conceitos de socialismo ..... 40

## **Comentários**

*Gilmar Carneiro* ..... 47

Cooperativas e sindicalismo: um aprendizado ..... 47

Mudança de paradigma ..... 50

Dilemas do cooperativismo ..... 52

*Gilmar Mauro* ..... 55

Cooperativas, mudança e luta social ..... 55

Análise política e luta de classes ..... 57

Cooperativas e transformação ..... 59

<i>Ricardo Antunes</i> .....	63
Sindicatos e cooperativas: como pensá-los junto com o socialismo? .....	63
Trabalho vivo e trabalho morto .....	64
Desqualificação do trabalho .....	67
Sindicatos na encruzilhada .....	68
<b>Debate com o público</b>	
<i>Francisco Costa</i> .....	71
<i>Roberto Vasquez</i> .....	72
<i>Daniel Araújo</i> .....	72
<i>João Antônio Moraes</i> .....	72
<i>Geraldo Santiago Pereira</i> .....	73
<i>Fernando Haddad</i> .....	73
<i>Julia</i> .....	77
<i>Marcelo Sereno</i> .....	78
<i>Feijó</i> .....	80
<i>Gilmar Carneiro</i> .....	82
<i>Ricardo Antunes</i> .....	85
<i>Djalma</i> .....	88
<i>Cláudio Pastor</i> .....	89
<i>Jorge</i> .....	89
<i>João Antônio Moraes</i> .....	89
<i>Silvia Marrei</i> .....	90
<i>Leda Paulani</i> .....	90
<i>Paul Singer</i> .....	91
<i>Gilmar Mauro</i> .....	94
<i>Fernando Haddad</i> .....	98
<i>Ricardo Antunes</i> .....	101
<i>Gilmar Carneiro</i> .....	103
<b>Sobre os autores</b> .....	105

# Apresentação

*Francisco de Oliveira*

O segundo ciclo do seminário Socialismo e Democracia – reproduzido na coleção Socialismo em Discussão –, que o Instituto Cidadania, a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria de Formação Política do Partido dos Trabalhadores realizaram no primeiro semestre de 2001, dedicou-se, dessa vez, ao exame de questões concretas que estão sendo postas para o movimento das esquerdas no Brasil com urgência, particularmente a partir das expressivas vitórias nas eleições municipais de outubro de 2000. O Partido dos Trabalhadores, para não usurparmos a fala das outras formações da esquerda brasileira, foi chamado a dar soluções concretas aos já dramáticos problemas das cidades, herança de um longo ciclo histórico, agravados pelas políticas ou antipolíticas neoliberais dos últimos dez anos.

Entendeu-se que a votação cidadã optou pelo PT não apenas pela urgência da conjuntura, mas como uma orientação de outra perspectiva de desenvolvimento econômico, social, político e cultural, caucionada pela trajetória do partido desde sua criação e pela exemplaridade das administrações petistas ali onde a cidadania lhe tem entregue a gestão do Estado, em municípios e estados.

A abordagem das questões concretas juntou as urgências de curto



prazo com a perspectiva histórica mais ampla do futuro. Por isso os vários temas foram trabalhados, sempre, perguntando-se quais são suas interações com o socialismo. De modo que as gestões da esquerda não devem ser apenas o breve ciclo de uma administração, mas precisam também realizar concretamente, na vida cotidiana das cidades, das cidadãs e cidadãos, uma mudança cujo nome histórico é socialismo. Não para um dia qualquer posterior à revolução, mas diuturnamente. Desse modo, a perspectiva histórica do socialismo ajuda, orienta e valoriza medidas simples, ao alcance da cidadania, sem a grandiloquência dos grandes eventos, mas preparando-a para seu autogoverno.

Foram abordados o recado das urnas de 2000, a rica experiência, que a vários títulos representa uma enorme inovação política, do orçamento participativo, o planejamento urbano, a reforma agrária e o movimento dos trabalhadores sem-terra, as formas contemporâneas da luta social, a decisiva revolução molecular-digital e a virada da informação, e, por último, as complexas relações econômicas internacionais na era da chamada globalização. O exame travejou, sempre, a experiência das lutas com a reflexão que procurava projetá-las e entendê-las no quadro da transformação urgente e radical. Destacados militantes do Partido dos Trabalhadores, desde seu presidente de honra, novos dirigentes municipais, calejados quadros políticos, governadores e prefeitos, especialistas, reputados professores universitários, apoiados, discutidos e contestados por um público sempre numeroso e participante, dedicaram o tempo necessário para arejar o pensamento, desafiando o entendimento da nova complexidade. Assim, o PT busca juntar ação e reflexão, não apenas para preparar quadros, mas para assumir o mandato da transformação – como disse uma já clássica canção petista – “sem medo de ser feliz”.

Em nome da Comissão Organizadora,  
*Francisco de Oliveira*

# Sindicalismo, cooperativismo e socialismo

*Fernando Haddad*

O tema proposto pelos companheiros de partido que organizam o ciclo de debates sobre socialismo denota, como de hábito, muita acuidade política desses veteranos da luta por uma sociedade emancipada. Luta que se modifica a cada novo modo de organização e desenvolvimento das forças produtivas, que se modifica pelo aparecimento de novos agentes sociais, que se modifica pelas novas formas de dominação de classe. Como não poderia deixar de ser, nesse momento em que muitas das nossas convicções sobre como agir e para onde rumar estão pouco sólidas, menos pela urgência de transformar o mundo do que pelo senso de responsabilidade diante do já demasiado sofrimento das camadas inferiores da sociedade, relações que nem sempre foram bem estabelecidas se tornam ainda mais problemáticas. Sem dúvida, esse é o caso da relação entre sindicalismo, cooperativismo e socialismo, de que pretendo tratar. Se, contudo, nos lembrássemos da advertência de Theodor Adorno de que “a liquidação da teoria à base de dogmatizar e proibir o pensamento contribuiu para a má práxis”, talvez fosse o caso de, no que me diz respeito, inverter as posições e perguntar aos colegas da mesa, que eu reputo os mais qualificados para julgar justamente

do ponto de vista da práxis o que aqui se dirá, se tudo afinal não se trata simplesmente de má teoria.

Como já se sublinhou que, sob o capitalismo, é impossível uma prática transformadora sem uma teoria transformadora, o procedimento adotado aqui será o de submeter a teoria marxista à prova da história. Marx tratou muito episodicamente do assunto hoje proposto. Contudo, suas observações são tão penetrantes que devem ser submetidas a um exame apurado que nos habilite, se necessário, a reformular a teoria, sem abrir mão do seu conteúdo crítico. Recorro, prioritariamente, aos seus textos de intervenção dirigidos ao movimento operário, e só pontualmente aos textos clássicos, em parte porque são aqueles os textos que nos permitem pensar com Marx a política, em parte para nos dar uma pálida idéia de quanto estamos atrasados teoricamente se comparamos o debate no Partido dos Trabalhadores (PT) de hoje com o que se travava à época do aparecimento das primeiras organizações operárias.

**Salário, preço e lucro** – Começo pelo tema do sindicalismo, como foi tratado na brochura que ganhou o nome de *Salário, preço e lucro*<sup>1</sup>. Ali, Marx dialoga com um operário inglês, John Weston, cuja argumentação reduzia-se ao seguinte:

“Se a classe operária obriga a classe capitalista a pagar-lhe, sob a forma de salário em dinheiro, 5 xelins em vez de 4, o capitalista devolver-lhe-á, sob a forma de mercadorias, o valor de 4 xelins em vez do valor de 5. Então a classe operária terá que pagar 5 xelins pelo que antes da alta de salários lhe custava apenas 4”.

1. MARX, K. “Salário, preço e lucro”. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 197-, v. 1, p. 333-378.

Temos aqui uma velha tese, nossa conhecida, de que a um aumento de salários nominais os patrões reagem com um aumento do preço das mercadorias, anulando o efeito desejado pelos trabalhadores.

Contra isso, Marx inicialmente observa:

“E por que ocorre isto? Por que o capitalista só entrega o valor de 4 xelins por 5? Porque o montante dos salários é fixo. Mas por que fixo precisamente no valor de 4 xelins em mercadorias? Por que não em 3, em 2, ou outra qualquer quantia? Se o limite do montante dos salários está fixado por uma lei econômica, independente tanto da vontade do capitalista como da do operário, a primeira coisa que deveria ter feito o cidadão Weston era expor e demonstrar essa lei”.

Bem, uma das razões pelas quais Marx se tornou tão conhecido foi justamente pelo fato de ter exposto e demonstrado essa lei desconhecida dos próprios formuladores da teoria do valor-trabalho. Sabemos por essa lei que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua reprodução. A primeira providência de Marx será, a partir dessa premissa, desautorizar a tese central do argumento de Weston:

“Se do valor de uma mercadoria descontamos a parte que se limita a repor o das matérias-primas e outros meios de produção empregados, isto é, se descontarmos o valor que representa o trabalho pretérito nela encerrado, o valor restante reduzir-se-á à quantidade de trabalho acrescentada pelo operário que por último se ocupa nela. Se este operário trabalha 12 horas diárias e 12 horas de trabalho médio cristalizam-se numa soma de ouro igual a 6 xelins, este valor adicional de 6 xelins será o único valor criado por seu trabalho

[...] Este valor dado, determinado por seu tempo de trabalho, é o único fundo do qual tanto ele como o capitalista têm de retirar a respectiva participação ou dividendo, é o único valor a ser dividido entre salários e lucros [...] Como o capitalista e o operário só podem dividir este valor limitado, isto é, o medido pelo trabalho total do operário, quanto mais perceba um deles, menos obterá o outro, e reciprocamente [...] Mas todas estas variações não influem no valor da mercadoria. Logo, um aumento geral de salários determinaria uma diminuição da taxa geral de lucro, mas não afetaria os valores”.

Essa constatação parece, à primeira vista, criar problemas para a própria teoria marxista, uma vez aplicada a lei do valor à mercadoria força de trabalho. Pois, segundo a mesma lei, o valor da mercadoria força de trabalho seria determinado, como o valor de qualquer outra mercadoria, pela quantidade de trabalho socialmente necessária a sua reprodução. Isso significa, nos dizeres de Marx, que

“o valor da força de trabalho ou, em termos mais populares, o valor do trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade ou pela quantidade de trabalho necessária a sua produção. Por conseguinte, se num determinado país o valor dos artigos de primeira necessidade, em média diária consumidos por um operário, representa 6 horas de trabalho, expresso em 3 xelins, este trabalhador terá de trabalhar 6 horas por dia a fim de produzir o equivalente do seu sustento diário”.

Se, porventura, a jornada de trabalho for de 12 horas, metade da jornada de trabalho será trabalho não pago e a taxa de mais-valia será, portanto, de 100%.

Tudo o mais constante, seria muito improvável que os trabalhadores conseguissem aumentar seus salários sem subverter a própria lei que transforma a aparente troca de equivalentes no seu contrário; ou seja, seria muito improvável que, respeitada a lei que regula a troca de mercadorias, os trabalhadores viessem a vender a mercadoria força de trabalho acima do seu valor de troca. Contudo, é absolutamente possível compatibilizar a lei do valor, que iguala o salário à subsistência, com demandas por aumento salarial, sem, no entanto, subverter aquela lei. Certamente os exemplos não teriam escapado a uma mente arguta como a de Marx. O primeiro exemplo que eu sublinharia é também um velho conhecido nosso: trata-se da luta para repor a perda de uma alta generalizada dos preços, ou, em outras palavras, a luta pela reposição oriunda da diminuição do poder de compra do dinheiro. Segundo Marx, “os valores dos artigos de primeira necessidade e, por conseguinte, o valor do trabalho podem permanecer invariáveis, mas o preço deles em dinheiro pode sofrer alteração, desde que se opere uma prévia modificação no valor do dinheiro”. Como os tempos eram os do padrão-ouro, a explicação não poderia ser outra que não a seguinte:

“Com a descoberta de jazidas mais abundantes etc., 2 onças de ouro, por exemplo, não suporiam mais trabalho do que antes exigia a produção de 1 onça. Neste caso, o valor do ouro baixaria à metade, a 50%. E como, em consequência disto, os valores das demais mercadorias se expressariam no dobro do seu preço em dinheiro anterior, o mesmo aconteceria com o valor do trabalho”.

Com o que Marx conclui: “Dizer, neste caso, que o operário não deve lutar pelo aumento proporcional do seu salário equivale a pedir-lhe que se resigne a que se lhe pague o seu trabalho com nomes e não com coisas”.

Uma segunda ordem de considerações diz respeito a alterações na jornada de trabalho, que, segundo nosso autor, não tem limites constantes. Aqui, vale lembrar uma lição de *O Capital*<sup>2</sup>. Ao contrário da fixação do valor da força de trabalho, cujo montante é definido pela lei que rege a troca de mercadorias numa sociedade capitalista de uma maneira geral, no caso da fixação da jornada de trabalho não há, pela lógica do sistema, nenhuma regra que possibilite concluir qual a duração e a intensidade que pudessem ser consideradas inerentes ao seu funcionamento, a não ser pelo fato de que o capitalista procurará estender a jornada ao máximo e os trabalhadores encurtá-la ao mínimo, razão pela qual Marx afirma:

“Não resulta da natureza da troca de mercadorias nenhum limite à jornada de trabalho ou ao trabalho excedente. O capitalista afirma seu direito, como comprador, quando procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho e transformar, sempre que possível, um dia de trabalho em dois. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida impõe um limite ao consumo pelo comprador, e o trabalhador afirma seu direito, como vendedor, quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada magnitude normal. Ocorre assim uma antinomia, direito contra direito, ambos baseados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais e opostos decide a força”<sup>3</sup>.

Mas, voltando ao argumento de *Salário, preço e lucro*, Marx, depois de lembrar que, à diferença de uma máquina, o homem se esgota numa proporção muito superior àquela em que é usado no trabalho, dirá que

“nas tentativas para reduzir a jornada de trabalho à sua antiga duração racional, ou, onde não podem arrancar uma fixação legal da jor-

2. MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro, Difel, 1990, 8ª ed.

3. *O Capital*, op. cit., livro I, cap. 8, 1.

nada normal de trabalho, nas tentativas para contrabalançar o trabalho excessivo por meio de um aumento de salário, aumento que não basta esteja em proporção com o sobretrabalho que os exaure, e deve, sim, estar numa proporção maior, os operários não fazem mais que cumprir um dever para com eles mesmos e a sua raça”.

Saliente-se, aqui também, que a luta pelo aumento de salários, longe de subverter a lei do valor, não faz mais do que a convalidar. Um aumento da jornada de trabalho acarreta maior desgaste físico do trabalhador, e o salário para repor aquilo que se consumiu no processo de trabalho terá que ser mais do que proporcional àquele aumento, uma vez que o desgaste do trabalhador aumentaria a taxas crescentes relativamente à extensão da jornada. Assim sendo, se a jornada diária passasse de 10 para 12 horas, a luta por um aumento salarial superior a 20% seria a consequência lógica da lei que rege a troca de mercadorias. Caso contrário,

“pode acontecer que o capital, ao prolongar a jornada de trabalho, pague salários mais altos e que, sem embargo, o valor do trabalho diminua, se o aumento dos salários não corresponde à maior quantidade de trabalho extorquido e ao mais rápido esgotamento da força de trabalho que daí resultará”.

O mesmo vale para um aumento de intensidade do trabalho:

“Mesmo com uma jornada de trabalho de limites determinados, como existe hoje em dia em todas as indústrias sujeitas às leis fabris, pode-se tornar necessário um aumento de salários, ainda que somente seja com o fito de manter o antigo nível do valor do trabalho. Mediante o aumento da intensidade do trabalho, pode-se fazer que um

homem gaste numa hora tanta força vital como antes, em duas [...] Ao contrabalançar esta tendência do capital, por meio da luta pela alta dos salários, na medida correspondente à crescente intensidade do trabalho, o operário não faz mais que opor-se à depreciação do seu trabalho e à degeneração da sua raça”.

Há ainda outras razões pelas quais os trabalhadores devem lutar por aumentos salariais. Marx afirma que o trabalhador moderno compartilha toda miséria do antigo escravo, sem, contudo, desfrutar a segurança de que o último dispunha. O escravo, por toda a vida, dispõe de uma quantidade fixa e imutável de meios de subsistência, enquanto o operário dispõe de uma quantidade muito variável, podendo, em caso de desemprego, chegar a nada. Pois bem, a razão de ser desta insegurança é a dinâmica cíclica da economia capitalista, ora em franca prosperidade, ora em calmaria; ora em depressão, ora em recuperação. Marx observa que

“os preços das mercadorias no mercado e a taxa de lucro no mercado seguem estas fases; ora descendo abaixo de seu nível médio, ora ultrapassando-o. Se considerardes todo o ciclo, vereis que uns desvios dos preços do mercado são compensados por outros e que, tirando a média do ciclo, os preços das mercadorias do mercado se regulam por seus valores. Pois bem. Durante as fases de baixa dos preços no mercado e durante as fases de crise de estagnação, o operário, se é que não o põem na rua, pode estar certo de ver rebaixado o seu salário. Para que não o enganem, mesmo com essa baixa de preços no mercado, ver-se-á compelido a discutir com o capitalista em que proporção se torna necessário reduzir os salários. E se durante a fase de prosperidade, na qual o capitalista obtém lucros extraordinários, o operário não lutar por uma alta de

salários, ao tirar a média de todo o ciclo industrial, veremos que ele nem sequer percebe o salário médio, ou seja, o valor do seu trabalho. Seria o cúmulo da loucura exigir que o operário, cujo salário se vê forçosamente afetado pelas fases adversas do ciclo, renunciasse ao direito de ser compensado durante as fases prósperas”.

A conseqüência óbvia dessas considerações é que o trabalhador, ao reunir algumas economias na fase de prosperidade, longe de revogar a lei que fixa o seu salário no nível de subsistência, na verdade a confirma, uma vez que na fase de depressão terá que se valer dessas mesmas economias para se sustentar, uma vez que seu salário, nessa fase, ainda que mantido seu emprego, poderá descer a um patamar aquém do necessário para sua própria reprodução.

**Indeterminações** – Importa-nos, agora, ressaltar dois outros exemplos apontados por Marx. O primeiro, excepcional e pouco provável, mas em tese possível, supõe uma diminuição da produtividade do trabalho de modo que, em conseqüência, se necessite de mais trabalho para produzir a quantidade de bens primários necessários à reposição da força humana consumida no processo de produção. Nesse caso, um aumento dos salários seria inevitável. Com a queda da produtividade do trabalho, o preço da cesta de bens necessários à reprodução do trabalhador subirá na exata medida que se exigirá um preço maior pela venda da força de trabalho. Mais uma vez, o aumento salarial não viola, antes convalida, a lei do valor.

O surpreendente de *Salário, preço e lucro* é o fato de Marx ter arrolado ainda um outro caso, que por razões de argumentação havíamos deixado de lado, sem mencionar aquilo que o distingue dos até aqui considerados. Trata-se do caso de elevação, e não de diminuição, da produ-



tividade do trabalho, ou seja, o movimento oposto ao acima descrito. Por simetria, deveríamos esperar que a um aumento da produtividade do trabalho correspondesse uma imediata redução dos salários, uma vez que os custos de reprodução da mercadoria força de trabalho teriam diminuído. Contudo, o texto diz o seguinte:

“Ao elevar-se a produtividade do trabalho, pode acontecer que a mesma quantidade de artigos de primeira necessidade, consumidos em média, diariamente, baixe de 3 para 2 xelins, ou que, em vez de 6 horas de jornada de trabalho, bastem 4 para produzir o equivalente do valor dos artigos de primeira necessidade consumidos num dia [...] O lucro subiria de 3 para 4 xelins e a taxa de lucro, de 100% para 200%. Ainda que o padrão de vida absoluto do trabalhador continuasse sendo o mesmo, seu salário relativo e, portanto, sua posição social relativa, comparada com a do capitalista, teria piorado. Opondo-se a esta redução de seu salário relativo, o trabalhador não faria mais que lutar para obter uma parte das forças produtivas incrementadas do seu próprio trabalho e manter a sua antiga situação relativa na escala social”.

O que diferencia este caso de todos os demais? Nos exemplos anteriores, a luta por aumento salarial tinha um caráter defensivo num sentido muito preciso. Seja pela perda do poder de compra da moeda, seja pelo aumento da jornada de trabalho ou pela intensificação do trabalho, seja ainda pela oportunidade de se valer das fases de escassez de mão-de-obra que somente compensam as fases de abundância, a luta pelo aumento salarial, se vitoriosa, não faz mais do que proporcionar ao trabalhador a mesma quantidade de gêneros de primeira necessidade imprescindíveis à sua mera reprodução enquanto trabalhador. Mas, nesse último caso, não.

Aqui, o enfoque é completamente novo, pois, se o trabalhador conseguir manter a sua posição social relativa comparada à do capitalista, ele terá, indiscutivelmente, no caso de aumento da produtividade do trabalho, uma quantidade maior de bens a sua disposição. Tecnicamente falando, se o trabalhador consegue refrear o aumento da taxa de mais-valia relativa, isso significará que seu salário, medido em termos de valores de uso, terá subido na mesma proporção do aumento da produtividade do trabalho. Se a um aumento da produtividade não corresponder um aumento de salário, o padrão de vida do trabalhador continuará o mesmo, como reconhece Marx na passagem citada. Simetricamente, se a um aumento de produtividade corresponder um aumento de salário na mesma medida, o padrão de vida absoluto do trabalhador aumentará, ainda que sua posição social relativa comparada à da classe dominante permaneça a mesma.

Marx introduz nessa passagem de *Salário, preço e lucro* uma indeterminação ausente de *O Capital*. Nesta obra, a indeterminação diz respeito unicamente à fixação da jornada de trabalho: de um lado, o capitalista afirma seu direito, como comprador, quando procura prolongar a jornada de trabalho; de outro, o trabalhador afirma seu direito, como vendedor, quando quer limitar a jornada de trabalho. “Ocorre assim uma antinomia, direito contra direito, ambos baseados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais e opostos decide a força.” Em *Salário, preço e lucro*, a luta do trabalhador pela manutenção da sua posição social relativa introduz uma outra indeterminação, agora na fixação do nível salarial.

Não é por outro motivo que em *Salário, preço e lucro* a questão da fixação da jornada não aparece dissociada da questão da fixação do salário, o que fica claro na seguinte observação:

“O máximo de lucro só se acha limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho. É evidente

que, entre os dois limites extremos da taxa máxima de lucro, cabe uma escala imensa de variantes. A determinação de seu grau efetivo só fica assente pela luta incessante entre o capital e o trabalho; o capitalista, tentando constantemente reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário”.

É claro que nesse embate entrarão em jogo fatores históricos e sociais: as diferenças de país para país, as diferentes tradições e culturas, o nível de amadurecimento da classe trabalhadora etc.

Para Marx, contudo, a perspectiva para os trabalhadores não era das mais favoráveis. Segundo seus prognósticos,

“o próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui por força para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista contra o operário e [...] em consequência disto, a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o valor do trabalho mais ou menos até seu limite mínimo”.

Desse ponto de vista, surpreendentemente, o resultado da sua pesquisa acabava coincidindo com as intuições do operário John Weston, um cético quanto às possibilidades de êxito do movimento sindical, como aliás o próprio Marx fizera notar no início da sua exposição. Ao contrário da conferência de Weston, no entanto, a de Marx abre perspectivas novas para os trabalhadores, ainda que como contratendências cuja predominância, improvável para ele, a história dos cem anos seguintes à polêmica em tela viria demonstrar. Contratendências que, diga-se, estão, como se verá a

seguir, plenamente contempladas na exposição de Marx, ainda que ele não tenha dado conta dos desdobramentos que teriam caso elas se afirmassem historicamente graças a um conjunto de condições inimagináveis.

Vejamus a questão mais de perto. Numa certa passagem, Marx faz notar a diferença de enfoque que o separa de Weston, ainda que ambos, como se disse, comunguem o mesmo sentimento em relação às possibilidades de êxito do movimento sindical. Diz o texto:

“Tomemos, por exemplo, a elevação dos salários agrícolas ingleses, de 1849 a 1859. Qual foi a sua conseqüência? Os agricultores não puderam elevar o valor do trigo, como lhes teria aconselhado nosso amigo Weston, nem sequer o seu preço no mercado. Ao contrário, tiveram que se resignar a vê-lo baixar. Mas durante estes 11 anos introduziram máquinas de todas as classes e novos métodos científicos, transformaram uma parte das terras de lavoura em pastagens, aumentaram a extensão de suas fazendas e com ela a escala de produção; e por estes e outros processos, fazendo diminuir a procura de trabalho graças ao aumento de suas forças produtivas, tornaram a criar um excedente relativo da produção de trabalhadores rurais. Tal é o método geral segundo o qual opera o capital nos países antigos, de bases sólidas, para reagir, mais rápida ou mais lentamente, contra os aumentos de salários”.

Aqui, como se vê, o movimento é o oposto do outrora apresentado. Os trabalhadores agrícolas ingleses se beneficiaram de uma fase de prosperidade econômica excepcionalmente longa e tiveram seus salários aumentados ao mesmo tempo que o preço do trigo que produziam e que os reproduzia baixava sem cessar. Com a introdução de novas técnicas e métodos científicos os proprietários diminuíram a demanda por força de

trabalho, mercadoria que, tornando-se superabundante, teve seu preço novamente corrigido. Mantiveram seus lucros, sem que repassassem o aumento dos salários aos preços, antes pelo contrário.

No caso anteriormente analisado temos a demanda por aumento salarial precedida do aumento da produtividade do trabalho, os trabalhadores tentando manter sua posição social relativa comparada à dos capitalistas, enquanto aqui a reação é dos capitalistas contra o aumento dos salários por meio do aumento da produtividade do trabalho. Nada nos impede, logicamente, de conceber esses movimentos como complementares, bastando para tanto introduzir uma peça a mais no nosso esquema: para tornar-se virtuoso, o círculo se fecha com a exigência da redução da jornada de trabalho.

**Política e Estado de bem-estar** – E é nesse momento que Marx introduz um dos elementos fundamentais para entender por que as contratendências se tornaram a marca do século xx, no Ocidente, pelo menos até finais da década de 1960: a política. Diz Marx:

“Pelo que concerne à limitação da jornada de trabalho, tanto na Inglaterra como em todos os países, nunca foi ela regulamentada senão por *intervenção legislativa*. E sem a constante pressão dos operários *agindo por fora* nunca essa intervenção se daria. Em todo caso, este resultado não teria sido alcançado por meio de convênios privados entre os operários e os capitalistas. E esta necessidade mesma de uma ação política geral é precisamente o que demonstra que, *na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte*”.

Os grifos, todos meus, na passagem acima não querem sugerir, como uma leitura apressada e ingênua poderia indicar, que o Estado de bem-

estar era uma perspectiva aventada por Marx. Seu ceticismo quanto às possibilidades de reformar o sistema e sua ironia quanto às conquistas dos trabalhadores sob o domínio do capital são sobejamente conhecidos. Muito desdenhosamente, Marx afirma, por exemplo, em *O Capital* (livro I, cap. 8, 7):

“O pomposo catálogo dos direitos inalienáveis do homem será assim substituído pela modesta Magna Carta que limita legalmente a jornada de trabalho e estabelece claramente, por fim, ‘quando termina o tempo que o trabalhador vende e quando começa o tempo que lhe pertence’. Que transformação!”

Marx simplesmente aponta em *Salário, preço e lucro* para o fato de que intervenções legislativas em proveito dos trabalhadores são conquistas sindicais que transcendem a arena econômica e se realizam na política, uma arena onde os trabalhadores têm mais chances de vitória contra o capital. Afirmar que o sindicalismo explica o Estado de bem-estar é quase tão equivocado quanto afirmar que o Estado de bem-estar é um desdobramento automático do desenvolvimento do capitalismo. Mas o que se procurará defender aqui é que o Estado de bem-estar, de um ponto de vista marxista, tem no sindicalismo seu pressuposto dialético, sua determinação mais fundamental, ainda que se reconheça que sua plena constituição contou com condições históricas ausentes ou só embrionariamente presentes na época em que as teses de Marx vieram a público, e que, sem essas condições, o Estado de bem-estar seria um empreendimento impossível.

Três dessas condições são dignas de nota: o sufrágio universal, a transformação da ciência em fator de produção e a adoção pelo Estado de políticas anticíclicas de feição keynesiana. Quanto ao primeiro, sabemos

desde *A questão judaica*<sup>4</sup> que Marx o tomava como um desdobramento natural e previsível da sociedade moderna. O sufrágio universal, naquela obra, era tido não como a emancipação dos súditos em face da dominação e da opressão dos poderosos, mas sim como a emancipação do próprio Estado em face de outras esferas que lhe serviam de base de legitimação. Marx refere-se, explicitamente, à religião e à economia. O Estado moderno não carece mais de um fundamento religioso, tornando-se laico, nem de um fundamento econômico, dispensando o censo. Em poucas palavras, torna-se democrático. Diferenças e desigualdades são idealmente superadas e todos, aos seus olhos, passam à condição de cidadãos, muito embora, no âmbito da sociedade civil, o mesmo Estado reponha as condições para que aquelas diferenças e desigualdades sirvam como verdadeiros pressupostos materiais da sua própria existência. Uma coisa, porém, é a adoção do sufrágio numa sociedade em que os interesses da classe trabalhadora não são conscientes, não estão ainda bem delineados etc.; outra coisa é o papel que o sufrágio universal tem numa sociedade amadurecida, com um proletariado plenamente desenvolvido e organizado. Por isso, já no *Manifesto do Partido Comunista*<sup>5</sup>, Marx reconhece que “a primeira fase da revolução operária é a conquista da democracia”, tema que Engels vai explorar com mais profundidade no seu testamento político. No jargão da obra de juventude, a emancipação política do Estado aparece como pressuposto da emancipação humana; a democracia, do socialismo, mas em *A questão judaica* trata-se, por assim dizer, de uma democracia sem proletariado enquanto classe para si, enquanto no *Manifesto* a perspectiva é a de uma democracia revigorada pelo sindicalismo, pois é na fábrica que os trabalhadores primeiramente se unem, se conscientizam, se educam, depois na indústria, como categoria, e na nação, como classe, finalmente superando a concorrência econômica que os afasta uns dos outros no plano

4. MARX, K. *A questão judaica*. São Paulo, Moraes, 1991, 2ª ed.

5. MARX, K. e ENGELS, F. “Manifesto do Partido Comunista”. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 197-, v. 1, p. 13-47.

da sociedade civil. Saliente-se, ainda, que as primeiras conquistas legislativas são, em certos países, anteriores à própria adoção do sufrágio universal, e este aparece, em certas circunstâncias históricas, como uma conquista legislativa de caráter sindical, especialmente em certos processos de redemocratização em que os sindicatos, sempre aliados a outros setores da sociedade, tiveram papel proeminente. Ou seja, a luta pela universalização do sufrágio é uma luta da ação sindical e pela ação sindical, uma vez que esta ganha ímpeto com a democracia e faz inscrever nas “magnas cartas” direitos sociais cujos embriões, de fins do século XVIII e início do século XIX, haviam sido cruelmente abortados.

Uma segunda condição da constituição do Estado de bem-estar foi a transformação da ciência em fator de produção. Aqui também Marx foi muito mais longe do que o razoável para seu tempo. Numa passagem dos *Grundrisse*, ele estabelece:

“A troca do trabalho vivo contra trabalho objetivado, isto é, a posição do trabalho social na forma da oposição entre capital e trabalho – é o último desenvolvimento da relação valor, e da produção que repousa sobre o valor. Sua pressuposição é e permanece – a massa de tempo de trabalho imediato, o *quantum* de trabalho utilizado como fator decisivo da produção da riqueza. [...] mas, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho utilizado do que da força dos agentes que são postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que por sua vez – sua poderosa efetividade – não tem mais nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa à sua produção, mas depende antes da situação geral da ciência, do progresso da tecnologia, ou da utilização da ciência na produção”.

Uma formulação que vai muito além daquela do *Manifesto*, em que Marx, de forma absolutamente pioneira, revela o caráter progressista da burguesia, que “só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção”. Mas nem ele poderia supor, não obstante, que a burguesia abdicaria dessa prerrogativa, contratando uma parcela da camada de trabalhadores mais qualificados para levar à frente uma tarefa histórica sua, dispondo-se, inclusive, a partilhar com esse grupo social os lucros extraordinários que o processo de inovação científico-tecnológica enseja. Particularmente depois da Segunda Revolução Industrial, a ciência penetra a produção de uma forma inédita, parte das forças produtivas se converte em forças criativas, e a inovação torna-se uma rotina. Se nos lembrarmos de que uma das possibilidades do sindicalismo era lutar pela manutenção da posição relativa do trabalhador comparada à do capitalista pela incorporação ao salário dos ganhos de produtividade do trabalho, aqui também abrem-se perspectivas novas para o movimento dos trabalhadores, particularmente nos países democráticos.

Por fim, mas não menos importante, a terceira condição: a adoção de políticas anticíclicas keynesianas. Como vimos, uma grave limitação do movimento sindical era a de que a crise econômica corroía as poupanças dos trabalhadores eventualmente acumuladas na fase de prosperidade. A depressão fazia o salário médio do ciclo completo convergir para aquele mínimo necessário à reprodução da força de trabalho vendida ao capitalista. Uma política fiscal frouxa, inconcebível no período liberal clássico a não ser em períodos extraordinários de guerra aberta, tornou-se a regra em muitos países, mesmo depois de superada a fase de depressão que inicialmente a exigiu, ora sustentando políticas sociais que proporcionavam, não tão raramente, polpudos salários indiretos às camadas não-proprietárias, ora sustentando, num período de estratificação da economia mundial, corridas armamentistas que, inclusive nos países de pro-

dução endógena de tecnologia, dinamizaram o processo de internalização da ciência no processo de produção, criando os hoje chamados sistemas nacionais de inovação. Os sistemas nacionais de inovação, por sua vez, reforçaram o movimento de estratificação da economia mundial, e a oligarquização da riqueza mundial decorrente abriu ainda mais espaço para a ação sindical nos países centrais, tão mais facilitada quanto mais prosperavam os movimentos revolucionários nos países periféricos.

Ainda quanto às políticas anticíclicas, é fundamental salientar um aspecto novo associado à gestão da dívida pública. Um título da dívida pública dá a seu detentor, como se sabe, direito à participação nas receitas futuras do Estado. Como detentor do título, não importa ao capitalista individualmente considerado se o dinheiro arrecadado com a venda do título serviu para construir creches ou para fabricar armamentos, embora numa sociedade de classes a disputa pelo destino do fundo público seja uma questão que se resolve na luta, aberta ou velada. Pois bem, o endividamento público introduz uma variável-chave para se entender a pacificação dos conflitos saudada nos 30 anos gloriosos do capitalismo: a disputa pelo produto social pode ser diferida no tempo. A idéia de que capitalistas e operários, dado o valor produzido, só podem aumentar sua participação no produto social a expensas da participação do outro sofre um deslocamento. Pela ação do Estado, pode-se transferir renda dos capitalistas para os trabalhadores por meio de tributos, ou pode-se realizar a mesma operação vendendo ao capitalista um título da dívida pública em vez de taxando-o. Nesse último caso, a decisão sobre quem há de pagar a conta fica postergada para a próxima geração. A gestão da dívida pública, portanto, permite coordenar dois movimentos que, aos olhos de Marx, pareciam mutuamente excludentes. Num texto que trata da questão do fundo público na passagem do capitalismo ao socialismo, ele observa:



“Primeiro: as despesas gerais de administração, não concernentes à produção. Nesta parte se conseguirá, desde o primeiro momento, uma redução considerabilíssima, em comparação com a sociedade atual, redução que irá aumentando à medida que a nova sociedade se desenvolva. Segundo: a parte que se destine a satisfazer necessidades coletivas, tais como escolas, instituições sanitárias etc. Esta parte aumentará consideravelmente desde o primeiro momento, em comparação com a sociedade atual, e irá aumentando à medida que a nova sociedade se desenvolva. Terceiro: os fundos de manutenção das pessoas não capacitadas para o trabalho etc.; em uma palavra, o que hoje compete à chamada beneficência oficial”<sup>6</sup>.

A dívida pública, corretamente gerida, permite, por um longo período, mas não para sempre, aumentar os gastos sociais sem a necessidade de desmontar o modo capitalista de administrar. Nesse contexto específico e limitado no tempo convivem aspectos do Estado burguês e aspectos de um futuro Estado socialista, o que fez um dos organizadores deste ciclo – o professor Francisco de Oliveira – de debates imaginar que se constituía então um modo social-democrata de produção.

**Sindicalismo e cooperativismo** – Sufrágio universal, ciência incorporada à produção e políticas anticíclicas. Onde estas três condições se combinaram sinergicamente o movimento reformista prosperou incontestavelmente. O sindicalismo, contudo, não poderia ser arrolado simplesmente como uma quarta condição do Estado de bem-estar. O sindicalismo é uma determinação do Estado de bem-estar no sentido de que é ele que justamente determina sua posição objetiva, ou seja, coloca-o como categoria histórica. Não é, portanto, uma condição entre outras.

6. MARX, K. “Crítica ao Programa de Gotha”. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 197-, v. 2, p. 203-234..

Tanto que, quando muda o enquadramento político da luta sindical, ainda que na presença daquelas três condições, as conquistas sociais sofrem um retrocesso. Com a transnacionalização do processo de acumulação de capital produtivo e financeiro, que se dá em parte por razões ideológicas, em parte por razões técnicas associadas à Terceira Revolução Industrial, o sindicato é, correlativamente, o alvo prioritário do poder político que o enfrenta diretamente e do poder das empresas que, pela mobilidade conquistada, dele se esquivam. A luta sindical, organizada, na melhor das hipóteses, em bases nacionais, enfrenta um inimigo transnacional que lhe parece invisível e, de certa forma, invencível. A pauta sindical estreita-se a ponto de contemplar apenas a reivindicação de mais empregos enquanto se presencia o corte ininterrupto de postos de trabalho e a transformação de parte das forças produtivas em forças destrutivas: o lumpen moderno.

Dessa perspectiva, o vaticínio de Marx, que parecia infundado diante do bom desempenho do sindicalismo no período pós-Segunda Guerra Mundial, volta a ganhar força. Em *Salário, preço e lucro* ele dizia que “as lutas da classe operária em torno do padrão de salários são episódios inseparáveis de todo o sistema do salariado; que em 99% dos casos, seus esforços para elevar os salários não são mais que esforços destinados a manter de pé o valor dado do trabalho”. Diante disso, Marx conclamava os trabalhadores a transpor os estreitos limites da ação sindical que não supera, antes opera por dentro do sistema de trabalho assalariado. Conclui Marx:

“A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conser-

vador de: ‘um salário justo por uma jornada de trabalho justa!’, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: ‘abolição do sistema de trabalho assalariado!’”.

Isso desloca a discussão, imediatamente, para o tema do cooperativismo e nos ajuda a entender a primeira razão pela qual ele foi relegado a segundo plano. No famoso prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*<sup>7</sup>, Marx já havia sugerido que “nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém”. Se isso é verdade, por que os trabalhadores, nos 30 anos gloriosos, iriam abandonar uma estratégia segura que lhes trazia benefícios imediatos por outra, revolucionária, sempre arriscada e de resultados incertos? Em outras palavras, a luta pela abolição do sistema de trabalho assalariado só poderia ser levada a cabo quando esgotadas as possibilidades de efetivas, concretas e significativas melhorias da relação de assalariamento. A imagem de que “os proletários nada têm de seu para salvaguardar” (*Manifesto*) não se ajusta a certos períodos históricos que podem ter uma duração relativamente prolongada. O próprio Marx vivenciou um período de relativa calma no período pós-1848, associada a uma prosperidade econômica duradoura que lhe serviu de chave explicativa para as derrotas revolucionárias daquele ano e o período comparativamente mais sereno que se seguiu.

Mas há uma outra razão profunda que explica o relativo fracasso do cooperativismo. Trata-se da incompreensão teórica, relacionada ao experimento histórico soviético, sobre o que Marx entendia por planejamento – em oposição a mercado –, uma questão, como veremos, umbilicalmente associada ao tema do cooperativismo. Planejamento central e mercado foram tomados, desde a polêmica dos anos 1930, como conceitos econômicos, quando perante a ciência de Marx os conceitos

7. MARX, K. “Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política”. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 197-, v. 1, p. 300-303.

econômicos são imediatamente conceitos políticos. Numa passagem de importância equiparável à que inaugura *O Capital*, tomando-lhe não por acaso a forma, lê-se: “Na sociedade em que domina o modo capitalista de produção, condicionam-se reciprocamente a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho”<sup>8</sup>. Anarquia e despotismo são conceitos da teoria política desde os gregos. Dissociados desses conceitos, os conceitos de mercado e planejamento orientam pouco a ação dos que desejam a superação do sistema de trabalho assalariado. Pois uma coisa é negar o trabalho assalariado, outra é superá-lo. Teoricamente, os socialistas se dividiram em dois grupos: os que defendiam o socialismo de mercado e os que defendiam o socialismo centralmente planejado. Nesses dois modelos o trabalho assalariado não parece ter lugar. Contudo, do ponto de vista de Marx, se a nova sociedade não tivesse superado efetivamente aquelas duas determinações da divisão do trabalho sob o capitalismo, não haveria possibilidade de se falar em socialismo.

Para que esse ponto de vista fique claro é imprescindível acompanhar a evolução do pensamento marxista sobre o tema do cooperativismo do *Manifesto à Crítica ao Programa de Gotha*, ou seja, por cerca de 30 anos. A primeira manifestação de interesse de Marx sobre o cooperativismo é a sua conhecida avaliação do chamado socialismo utópico. Diz o texto:

“[...] a forma rudimentar da luta de classes e sua própria posição social os levam [os socialistas utópicos] a considerar-se bem acima de qualquer antagonismo de classe. Desejam melhorar as condições materiais de vida para todos os membros da sociedade, mesmo dos mais privilegiados. Por conseguinte, não cessam de apelar indistintamente para a sociedade inteira, e mesmo se diri-

8. *O Capital*, op. cit., livro 1, cap. 12, 4.

gem de preferência à classe dominante. Pois, na verdade, basta compreender seu sistema para reconhecer que é o melhor dos planos possíveis para a melhor das sociedades possíveis. Repelem, portanto, toda ação política e, sobretudo, toda ação revolucionária, procuram atingir seu fim por meios pacíficos e tentam abrir um caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, por experiências em pequena escala que, naturalmente, fracassam”<sup>9</sup>.

Vê-se com clareza qual a principal objeção de Marx aos utópicos: a falta de consciência de que a sociedade capitalista, no seu todo, está cindida em torno de interesses irredutíveis de classe. A visão da sociedade futura surge, assim, na mente de membros da classe dominante que, por sua vez, pregam para seus próprios pares. E, portanto, a construção da sociedade futura dispensa a ação política, privilegiando a ação exemplar, necessariamente, de pequena envergadura.

Não obstante, Marx não deixa de reconhecer os méritos de um pensamento que encerra elementos críticos. Os utópicos

“atacam a sociedade existente em suas bases. Por conseguinte, forneceram em seu tempo materiais de grande valor para esclarecer os operários. Suas propostas positivas relativas à sociedade futura, tais como a supressão da distinção entre a cidade e o campo, a abolição da família, do lucro privado e do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social e a transformação do Estado numa simples administração da produção, todas essas propostas apenas anunciam o desaparecimento do antagonismo entre as classes”<sup>10</sup>.

9. *Manifesto Comunista*,

op. cit., III, 3.

10. *Ibidem*.

A supressão do trabalho assalariado e a transformação do Estado numa simples administração da produção são, nesse ponto, os aspectos que

merecem atenção. A bandeira do cooperativismo, empunhada com entusiasmo pelos utópicos, aparece como uma primeira manifestação contra o trabalho assalariado. Uma manifestação que Marx jamais negligenciará. No *Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores*, Marx aumentará o grau de satisfação e de exigência para com o cooperativismo:

“Mas o futuro nos reservava uma vitória ainda maior da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns *hands* [operários] audazes [...] Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria. Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativista foram lançadas por Robert Owen; as experiências operárias levadas a cabo no continente foram, de fato, o resultado prático das teorias, não descobertas, mas proclamadas em altas vozes em 1848”.

**Marx e o cooperativismo** – Aqui aparece mais claramente o significado da cooperativa na construção teórica marxista. A cooperativa há de ser tão eficiente quanto a empresa capitalista. A referência à escala

de produção e à utilização da ciência moderna não deixa dúvidas desse propósito. A cooperativa, numa palavra, deve estar em condições de concorrer com a grande indústria capitalista em pé de igualdade. Adicionalmente, o trabalho, agora associado, representa um passo além do trabalho assalariado, já que a figura do patrão é dispensada. Resta, porém, analisar em que medida, nos termos em que colocamos o problema, a cooperativa representa a possibilidade de superação do despotismo da divisão manufatureira do trabalho e da anarquia da divisão social do trabalho. Essas questões complexas exigem esforço de compreensão. Tomemos a seguinte passagem de *O Capital*:

“O trabalho de supervisão e direção surge necessariamente todas as vezes que o processo imediato de produção se apresenta em processo socialmente combinado, e não no trabalho isolado de produtores independentes. Possui dupla natureza. De um lado, em todos os trabalhos em que muitos indivíduos cooperam, a conexão e a unidade do processo configuram-se necessariamente numa vontade que comanda e nas funções que não concernem aos trabalhadores parciais, mas à atividade global da empresa, como é o caso do regente de uma orquestra. É um trabalho produtivo que tem de ser executado em todo sistema combinado de produção. De outro lado, omitindo-se o setor mercantil, esse trabalho de direção é necessário em todos os modos de produção baseados sobre a oposição entre o trabalhador – o produtor imediato – e o proprietário dos meios de produção. Quanto maior essa oposição, tanto mais importante o papel que esse trabalho de supervisão desempenha. Atinge por isso o máximo na escravidão. Mas é também indispensável no modo capitalista de produção, pois o processo de produção é nele ao mesmo tempo processo de consumo da força de trabalho pelo capitalis-

ta. Da mesma maneira, em Estados despóticos, o trabalho de superintendência e a intromissão geral do governo abarcam duas coisas: a execução das tarefas comuns que derivam da própria natureza de toda coletividade e as funções que decorrem especificamente da oposição entre o governo e a massa do povo [...]. As fábricas cooperativas demonstram que o capitalista como funcionário da produção tornou-se tão supérfluo quanto o é, para o capitalista mais evoluído, o latifundiário”<sup>11</sup>.

O trabalho combinado, segundo Marx, qualquer que seja, exige o trabalho de direção. É comum a toda sociedade, emancipada ou não, desde que minimamente complexa. Contudo, nas sociedades onde há oposição entre o trabalhador e o detentor dos meios de produção, seja na escravidão, no despotismo ou no capitalismo, esse trabalho de direção desempenha uma função tão importante e de outra natureza, associada à exploração do escravo, da massa do povo ou do operário, respectivamente. Mas, no capitalismo, não será a simples ausência da figura do patrão que promoverá a superação do despotismo da divisão do trabalho dentro da fábrica, pois nas modernas sociedades por ações, por exemplo, onde a distinção entre a figura do proprietário do capital e a figura do funcionário do capital já é patente, nem por isso a produção está organizada em bases, digamos, “republicanas”.

A ausência da figura do proprietário tanto na sociedade por ações como na cooperativa não deixou de chamar a atenção de Marx, que, inclusive, fundamentava o desenvolvimento dessas novas formas de propriedade no mesmo fenômeno da expansão do sistema de crédito:

“Sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção não poderia desenvolver-se a cooperativa industrial dos trabalha-

11. *O Capital*, op. cit., livro III, cap. XXIII.

dores, e tampouco o poderia sem o sistema de crédito derivado desse modo de produção. Esse sistema, que constitui a base principal para a transformação progressiva das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também proporciona os meios para a expansão progressiva das empresas cooperativas [...] Tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva”<sup>12</sup>.

Por que na sociedade por ações a contradição é superada negativamente e na cooperativa positivamente? Suponhamos que uma empresa capitalista se constitua por meio de emissão de ações. Suponhamos, agora, que uma cooperativa se constitua por meio de um empréstimo bancário. No primeiro caso, os trabalhadores deverão gerar dividendos para os acionistas, no segundo, juros para o banqueiro. Dividendos e juros podem ou não ser fixados no mesmo patamar, dependendo do risco envolvido e de muitas outras variáveis, mas isso não muda a natureza do problema. Nos dois casos há trabalho de direção envolvido na coordenação do trabalho combinado. Contudo, a diferença mais importante nesse exemplo não é de natureza econômica, mas política. “O caráter antagônico do trabalho de direção desaparece na fábrica cooperativa, sendo o dirigente pago pelos trabalhadores, em vez de representar o capital perante eles.”<sup>13</sup> Valendo-nos da metáfora de Marx, tudo se passa como se músicos proprietários dos seus instrumentos de trabalho, ainda que comprados a crédito, contratassem um regente para lhes dirigir. O regente, nesse caso, não representa o capital perante os músicos. O dirigente contratado pelo coletivo

12. *O Capital*, op. cit., livro III, cap. XXVII.

13. *O Capital*, op. cit., livro III, cap. XXIII.

dos trabalhadores pode inclusive vir a representá-los perante o banqueiro que lhes financiou o empreendimento.

Com a cooperativa, portanto, uma nova formação social parece despontar a partir do desenvolvimento da antiga formação social. Mas, até aqui, observa-se que a cooperativa significa tão-somente a superação de uma das determinações da divisão do trabalho sob o capitalismo, justamente, a divisão despótica do trabalho dentro da manufatura. É de se perguntar, agora, até que ponto isso apontaria para a superação do modo capitalista de produção no seu conjunto. A seguinte passagem esclarece a posição de Marx:

“As fábricas cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho”<sup>14</sup>.

A cooperativa é uma negação do capitalismo insuficientemente negativa para proporcionar sua superação positiva. É a negação do principal fundamento do sistema, a propriedade privada individual, mas uma negação limitada, já que promovida no interior do regime capitalista. Produzir na escala ótima e com a melhor tecnologia é condição de sobrevivência da cooperativa na concorrência com as demais empresas, cooperativas ou não, mas não é garantia da emergência de nova formação social. Mantida a anarquia da divisão social do trabalho, os trabalhadores não se livram totalmente da figura do patrão. Funcionam como patrões de si

14. *O Capital*, op. cit., livro III, cap. XXVII.

mesmos, reproduzindo inclusive o sistema de exploração do trabalho. O sujeito automático continua a operar mesmo sem a presença em carne e osso de um de seus suportes.

Como ficará claro, a correta compreensão do alcance do cooperativismo na obra de Marx exige uma incursão nas searas da política, tanto quanto isso se fez necessário à compreensão do alcance do sindicalismo. Contudo, se no caso do sindicalismo os avanços mais significativos dependiam de intervenções legislativas promovidas pela “pressão dos operários agindo por fora”, no caso do cooperativismo seu sucesso, segundo a teoria, dependia da própria conquista do poder político. O texto anteriormente citado do *Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores* continua assim:

“Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que aristocratas bem-intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como sacrilégio de socialistas. *Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais.* Não obstante, os senhores da terra e os senhores do capital

usarão sempre seus privilégios políticos para a defesa e perpetuação de seus monopólios econômicos. Em vez de promoverem, continuarão a colocar todos os obstáculos possíveis no caminho da emancipação do operariado. [...] *Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária*”<sup>15</sup>.

Agora já não basta que a fábrica cooperativa tenha escala de produção e se utilize da melhor técnica disponível, mas que o sistema cooperativo ele mesmo, no conjunto, assuma dimensões nacionais, o que exige meios (ainda hoje) nacionais, tais como o sistema de crédito, o sistema tributário e o recentemente criado sistema de inovação (departamentos privados de pesquisa e desenvolvimento, agências estatais de pesquisa, universidades públicas e privadas, meios de divulgação científica e tecnológica etc.), o que implica a conquista do poder político. Não se trata mais de intervenções legislativas barganhadas com o Parlamento pela pressão externa, mas, pela envergadura do empreendimento, trata-se de ação do próprio proletariado organizado como classe no poder.

**Cooperativismo e sindicalismo** – A diferença de enfoque político entre sindicalismo e cooperativismo fica expressa na famosa crítica que Marx fez à margem do conhecido Programa de Gotha, de inspiração lassalliana<sup>16</sup>. Numa de suas proposições o programa dizia:

“A fim de *preparar o caminho para a solução do problema social*, o Partido Operário Alemão exige que sejam criadas cooperativas de produção, *com a ajuda do Estado e sob controle democrático do povo trabalhador*. Na indústria e na agricultura, as cooperativas de produção deverão ser criadas em proporções tais, *que delas surja a organização socialista de todo o trabalho*”<sup>17</sup>.

15. Grifos de Fernando Haddad.

16. Referente a Ferdinand Lassalle (1825-1864), socialista alemão, fundador da Associação dos Operários Alemães, núcleo do futuro Partido Social-Democrata. Afastou-se politicamente de Marx por reivindicar a ajuda do Estado para as associações operárias.

17. Grifos de Karl Marx.

Com seu costumeiro sarcasmo diante de rebaixamentos teóricos que mal conduziam a ação política da classe operária, Marx vocifera:

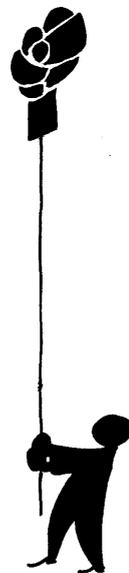
“A luta de classes existente é substituída por uma frase de jornalista: ‘o problema social’, para cuja ‘solução’ ‘prepara-se o caminho’. A ‘organização socialista de todo trabalho’ não é o resultado do processo revolucionário de transformação da sociedade, mas ‘surge’ da ‘ajuda do Estado’, ajuda que o Estado presta às cooperativas de produção ‘criadas’ por ele e não pelos operários. Esta fantasia de que com empréstimos do Estado pode-se construir uma nova sociedade como se constrói uma nova ferrovia é digna de Lassalle! Por um resto de pudor, coloca-se a ‘ajuda do Estado’ sob o controle democrático do ‘povo trabalhador’. Mas, em primeiro lugar, o ‘povo trabalhador’, na Alemanha, é constituído, em sua maioria, por camponeses, e não por proletários. Em segundo lugar, ‘democrático’ quer dizer em alemão ‘governado pelo povo’ (‘volksberrschaftlich’). E que significa isso de ‘controle governado pelo povo trabalhador’? *E, além disso, tratando-se de um povo trabalhador que, pelo simples fato de colocar estas reivindicações perante o Estado, exterioriza sua plena consciência de que nem está no poder, nem se acha maduro para governar!* [...] O fato de que os operários desejem estabelecer as condições de produção coletiva em toda a sociedade e antes de tudo em sua própria casa, numa escala nacional, só quer dizer que otram por subverter as atuais condições de produção, e isso nada tem a ver com a fundação de sociedades cooperativas com a ajuda do Estado. E, no que se refere às sociedades cooperativas atuais, estas só têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses”<sup>18</sup>.

18. *Crítica ao Programa de Gotha*, III, grifos de Fernando Haddad.

Nessa passagem manifesta-se a diferença de perspectiva do sindicalismo e do cooperativismo. Nos dois casos os trabalhadores se posicionam como classe e o sucesso desse posicionamento depende da ação política. Contudo, no caso do cooperativismo, a ação política há que se traduzir em poder político, o que não é o caso do sindicalismo. Não se trata mais de uma reivindicação dos trabalhadores perante o Estado burguês. Nem sequer se trata de fazer chegar um operário à chefia do Estado. Poder político é poder de classe. O sucesso do cooperativismo exige dos trabalhadores que renunciem à sua natural indisposição para governar. Isto não significa que o movimento cooperativo deva aguardar um governo dos trabalhadores para se desenvolver; antes, significa que a genuína cooperativa deve ser encarada pelos seus membros, desde o nascedouro, como um empreendimento político, e não apenas econômico. Não obstante, Marx, avesso a utopias, entende que somente por meio de um governo dos trabalhadores será permitido ao sistema cooperativo assumir dimensões nacionais, uma necessidade na qual ele freqüentemente volta a insistir. E por que tal insistência? O que muda na natureza do cooperativismo com a escala nacional? Opera, em alguma medida, a lei da transformação da quantidade em qualidade? Há uma relação entre uma eventual mudança qualitativa com o tema, ainda não resolvido, da superação da anarquia da divisão social do trabalho?

Deixemos o próprio Marx responder:

“A Comuna – exclamam – pretende abolir a propriedade, base de toda civilização. Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e explora-



ção do trabalho, em simples meios de trabalho livre e associado. Mas isso é o comunismo, o ‘irrealizável’ comunismo! Contudo, os indivíduos das classes dominantes bastante inteligentes para perceber a impossibilidade de perpetuar o sistema atual – e não são poucos – erigiram-se nos apóstolos enfadonhos e prolixos da produção cooperativa. *Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo ‘realizável’?*”<sup>19</sup>.

A superação da anarquia da produção capitalista exige um tipo de cooperação de segunda ordem. Exige que as cooperativas cooperem entre si. A cooperativa, como vimos anteriormente, é a negação do despotismo. A cooperação entre as cooperativas, desde que regulem a produção nacional segundo um plano comum, é a negação da anarquia. A primeira negação é insuficientemente negativa e, sem que os trabalhadores detenham o poder político, pode se transformar num ardil das classes proprietárias. A segunda negação exige o poder político e supre a insuficiência da primeira. No conjunto, representam a definitiva superação das duas determinações da divisão do trabalho sob o capitalismo, o que equivale a dizer que representam a superação do próprio capitalismo.

**Conceitos de socialismo** – Isto posto, temos todos os elementos para avaliar os conceitos de socialismo de mercado e de socialismo centralmente planejado. O primeiro é uma fantasia. Imaginar que os trabalhadores, tendo superado a propriedade privada capitalista, deixarão de

19. MARX, K. “A guerra civil na França”. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 197-, vol. 2, p. 39-103. Grifos de Fernando Haddad.

aprofundar as relações de cooperação que os unem em nome da chamada liberdade de mercado é desconsiderar, de um lado, que esse mesmo mercado é pouco mais do que nada sem a mercadoria que lhe permite penetrar todos os poros da sociedade contemporânea, a mercadoria força de trabalho, e, de outro, que, na presença dessa mercadoria que funda o modo capitalista de produção, o mercado nada tem de livre.

Apesar disso, a proposta tem sua lógica razão de ser, além de estar plenamente justificada historicamente. Em primeiro lugar, porque um governo dos trabalhadores não pode abolir o mercado. Terá que conviver com as regras de mercado até que a economia cooperativa ganhe dimensões consideráveis, o que se dará na mesma proporção em que os próprios trabalhadores se reeduem para uma economia solidária não fundada no egoísmo. Teremos que aprender a responder a estímulos não-pecuniários para trabalhar e, principalmente, para criar, inovar, inventar. Marx estava absolutamente consciente do problema quando dizia:

“A classe operária não esperava da Comuna nenhum milagre. Os operários não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir ‘*par décret du peuple*’. Sabem que para conseguir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irresistivelmente a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, terão que enfrentar longas lutas, toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens”<sup>20</sup>.

Em segundo lugar, porque o socialismo centralmente planejado é tão somente uma bela expressão para caracterizar o que deveria ser chamado pelo nome próprio de despotismo. O socialismo centralmente planejado é a mera extrapolação da lógica da divisão manufatureira do tra-

20. “A guerra civil na França”, op. cit., III.

balho para toda a sociedade. É a sociedade funcionando como uma grande fábrica, sendo essa a imagem que Adorno, por exemplo, tinha do sistema soviético a partir da década de 1930. As semelhanças e dessemelhanças entre socialismo e despotismo não escaparam a Marx, que, numa passagem muito pouco comentada dos *Grundrisse*, observa: “Na realidade seria ou bem o governo despótico da produção e o administrador da distribuição, ou bem somente um *board* que guardaria os livros e a contabilidade da sociedade trabalhadora coletiva. A coletividade dos meios de produção está aqui pressuposta”<sup>21</sup>. A propriedade coletiva, portanto, é comum aos dois modos de produção; contudo no socialismo o déspota se transforma num mero guarda-livros de toda a sociedade. Sabemos que Stalin não se encaixava no figurino de contador.

De um ponto de vista marxista, porém, caracterizar o sistema soviético como um caso de despotismo, sem maiores qualificações, é completamente insuficiente. Mais do que isso, é cair numa armadilha preparada por Nietzsche quando disse: “O socialismo é o fantasioso irmão mais jovem do quase decrépito despotismo, do qual quer herdar; suas aspirações são, portanto, no sentido mais profundo, reacionárias”<sup>22</sup>. Essa armadilha capturou não só a mente de todo o pensamento elitista do começo do século xx, mas também a de um membro importante da Escola de Frankfurt (Karl Wittfogel). O sistema soviético nada tinha de reacionário. Tratava-se de uma manifestação absolutamente moderna diante da expansão do império do capital. O quíproquó de moderno por reacionário se estabelece pela maneira como as regiões periféricas ao sistema reagiram a essa expansão. Marx pôde verificar como isso se deu na América e nos principados danubianos:

21. *Grundrisse*, op. cit., p. 73.

22. *Humano, demasiado humano*, § 473.

“Não foi o capital quem inventou o trabalho excedente. Toda vez que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de

produção, tem o trabalhador, livre ou não, de acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção. Pouco importa que esse proprietário seja o nobre ateniense, o teocrata etrusco, o cidadão romano, o barão normando, o senhor de escravos americano, o boiardo da Valáquia, o moderno senhor de terras ou o capitalista. É evidente que numa formação social onde predomine não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o trabalho excedente fica limitado por um conjunto mais ou menos definido de necessidades, não se originando da natureza da própria produção nenhuma cobiça desmesurada por trabalho excedente. Na Antiguidade, o trabalho em excesso só atingia as raias do monstruoso quando estava em jogo obter valor de troca em sua materialização autônoma, em dinheiro, com a produção de ouro e prata. Fazer o trabalhador trabalhar até à morte se torna, nesse caso, a forma oficial do trabalho em excesso. Basta ler Diodoro da Sicília. Todavia, condições monstruosas de trabalho constituíam exceção no mundo antigo. *Mas, quando povos cuja produção se encontra nos estágios inferiores da escravatura, da corvéia etc., entram num mercado mundial dominado pelo modo de produção capitalista, tornando-se a venda de seus produtos ao exterior o interesse dominante, sobrepõem-se aos horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. a crueldade civilizada do trabalho em excesso. O trabalho dos negros nos estados meridionais da América do Norte preservava certo caráter patriarcal enquanto a produção se destinava principalmente à satisfação direta das necessidades. Na medida porém em que a exportação de algodão se tornou interesse vital daqueles es-*

*tados, o trabalho em excesso dos negros e o consumo de sua vida em sete anos de trabalho tornaram-se partes integrantes de um sistema friamente calculado. Não se tratava mais de obter deles certa quantidade de produtos úteis. O objeto passou a ser a produção da própria mais-valia. Fenômeno semelhante sucedeu com a corvéia, por exemplo, nos principados danubianos”<sup>23</sup>.*

Ora, a escravidão na América e a chamada segunda servidão na Europa Oriental não podem ser consideradas fenômenos reacionários; antes pelo contrário, são desdobramentos da integração de todas as regiões do planeta à órbita do capital. De certa forma, o alerta de Marx aos alemães feito no prefácio de um livro que trata da economia inglesa, *de te fabula narratur*, não vale para todos os povos e regiões que encontraram a sua própria maneira de se inserir na nova e cruel civilização da mais-valia. Assim como a escravidão e a servidão passaram a servir aos interesses da acumulação primitiva de capital das nações “bárbaras”, a escravidão geral dos Estados despóticos foi revitalizada com essa mesma função. Na Rússia e na China, portanto, não houve uma mera restauração do despotismo oriental. Instaurou-se, nesses países, um despotismo moderno, ainda que se reconheça que o velho despotismo cumpriu um papel histórico fundamental, da mesma forma que a servidão, em relação à segunda servidão, ou a escravidão africana em relação à escravidão americana. Parafraseando Marx, diríamos que os horrores bárbaros da escravidão, da servidão e também do despotismo sobrepueram-se aos horrores da civilizada e friamente calculada produção de mais-valia. O fato de ser moderno, contudo, não torna o sistema soviético menos despótico. Portanto, não o torna menos antiooperativo. Na verdade, trata-se do oposto simétrico do que Marx entendia por socialis-

23. *O Capital*, op. cit., livro 1, cap. 8, 2, grifos de Fernando Haddad.

mo: a cooperação à segunda potência empreendida pelo poder político dos trabalhadores. Tomando a planificação despótica pela livre associação socialista, o movimento revolucionário não se interverteu no seu contrário, um movimento reacionário, mas ofereceu para a humanidade muito mais do mesmo de que ela já estava farta.

O colapso do sistema soviético e a desorganização do Estado de bem-estar abrem novas perspectivas para os trabalhadores. Aliados às forças criativas e às forças destrutivas da sociedade, cuja propensão à cooperação é ainda maior que a sua, em virtude da sua relação mais tênue com o trabalho assalariado, poderão retomar a trilha que conduz à emancipação. Isso não significa jamais abandonar a ação sindical, é claro que organizada em novas bases. Vale hoje, ainda, o que dizia Marx em *Salário, preço e lucro*:

“Se tal é a tendência das coisas neste sistema, quer isto dizer que a classe operária deva renunciar a defender-se contra os abusos do capital e abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe ofereçam de melhorar em parte a sua situação? Se o fizesse, ver-se-ia degradada a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação. [...] Se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente, ficariam os operários, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura”.



# Comentários

*Gilmar Carneiro*

**Cooperativas e sindicalismo: um aprendizado** – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, substituindo João Felício e Remigio Todeschini, que não puderam comparecer neste debate em nome da CUT [Central Única dos Trabalhadores] porque estão indo para a Holanda hoje exatamente para fazer reuniões sobre cooperativismo com o Rabobank International, que é o maior banco cooperativo do mundo, e com a icco [Interchurch Organization for Development Cooperation, ou Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento, da Holanda], uma organização intereclesiástica que sempre ajudou a CUT, desde a época da Anampos [Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais]; a nossa velha-guarda sabe o que é isso.

Ao ouvir Fernando Haddad falar, me lembrei muito da época da faculdade. Minha origem é a da concepção cristã de militância de base, aquela visão de socialismo cristão. Entrei em 1974 na FGV [Fundação Getúlio Vargas] e fui aluno de Eduardo Suplicy. Naquela época eu atuava no movimento estudantil porque tínhamos que derrubar a ditadura. Então me aproximei do pessoal da [tendência estudantil] Refazendo. Eles per-



guntaram: “Qual é a democracia que você quer?”. Eu respondi: “Quero democracia sem adjetivos”. Responderam-me que não, ou é operária ou é burguesa. Então respondi que queria cidadania com liberdade. Insistiram que a democracia tinha que ser operária ou burguesa. Aí pensei: “Complicou tudo, porque na FGV só tem burguês”. “E o que é que vocês da esquerda fazem aqui?”. Eles responderam que ali não se podia dizer que se era de esquerda, senão eles colocavam a gente para fora. Tem que ser algo clandestino.

Então me afastei da Refazendo e fui conversar com o pessoal da [tendência estudantil] Caminhando, que me chamou para uma reunião. Chegando lá, eles iam discutir Stalin. Pensei: “Meu Deus do céu, eles são stalinistas!...”. Caí fora.

O tempo foi passando e me aproximei do pessoal da [tendência estudantil] Libelu [Liberdade e Luta], que afirmava que o Lula era neopelego.

Aí eu já não entendia mais nada: uma é a esquerda escondida, outra defende Stalin, a outra diz que o Lula é pelego... Embora socialmente equivocados, o bom é que todo mundo hoje é governo, tanto a Refazendo como a Caminhando e a Libelu. Isso é um aprendizado muito importante.

E o debate da cidadania que discutíamos em 1974 está no auge da moda, esse é um outro aprendizado muito bom.

Mas, para nós que fizemos o movimento sindical da década de 1980, confesso que uma das curiosidades a respeito de aprendizado é que até hoje na CUT fala-se que a Força Sindical coloca 1,5 milhão de pessoas no 1º de Maio e a CUT só coloca 20 mil, portanto a CUT está perdendo a capacidade de mobilização e vive uma crise de direção. Mas saber por que a direção erra é mais difícil. Uma das boas explicações que vi a respeito, por incrível que pareça, foi em um estudo que o professor Gilberto Dupas fez sobre a questão da globalização e do desemprego<sup>24</sup>: ele considera que com a globalização alterou-se o

24. DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

paradigma da inflação para o desemprego. Nós ainda pegamos o sindicalismo na época em que o paradigma era a inflação com crescimento econômico e, portanto, com emprego. E, por mais que sejamos combativos agora, fazer sindicalismo com desemprego e privatização não é fácil. O Banco do Brasil, que era nossa vanguarda, que fez 20 greves em dez anos, há seis anos não faz nenhuma, está moralmente quebrado, com mais de 30 casos de suicídio entre funcionários no Brasil inteiro. Ótimos funcionários se suicidando porque eram da classe média e hoje estão subempregados, trabalhando dez, 12 horas por dia, sem ganhar hora extra e sem fazer greve. É porque a direção é fraca? Não, é porque as condições objetivas mudaram, para o Banco do Brasil, para a Caixa Econômica Federal e para o Banespa, que teve 8.200 pessoas no plano de demissão voluntária. E são funcionários que ganham 3 mil, 4 mil, 5 mil reais por mês e vão ficar desempregados agora porque não tem emprego para esse pessoal que, na sua totalidade, são universitários, pessoas que abdicaram da sua profissão acadêmica para ser bancários. E quem provocou isso foi um presidente da República que é sociólogo apoiado por um pessoal que militou na esquerda, que se dizia marxista na época, e que está fazendo toda essa implantação perversa que nem os militares tiveram condições de fazer.

É uma situação muito difícil. Eu mesmo saí do Citibank para trabalhar no Banco do Estado da Guanabara, que pagava 17,5 salários/ano, e esse banco foi entregue ao Banco Itaú.

Acabaram com a Previdência e o fizeram por uma lei retroativa. Nem os militares criaram uma lei retroativa. Milhares de pessoas, para quem faltavam seis meses, um ano para a aposentadoria, têm que trabalhar quatro, cinco anos a mais porque a lei civil, a lei aprovada por esse Congresso, é retroativa. Quem tem 29 anos de trabalho não tem direito adquirido sobre o seu tempo de trabalho.

25. Grameen Bank: criado em 1978 em Bangladesh, é um banco popular de caráter privado, com participação minoritária do governo, cujo objetivo é fazer pequenos empréstimos a famílias situadas abaixo da linha de pobreza, excluídas de toda possibilidade de acesso aos bancos tradicionais. Seu criador foi o professor Muhamad Yunus, e sua idéia básica é a de que, ao proporcionar às famílias carentes pequenos empréstimos, cujos valores não ultrapassam algumas poucas dezenas de dólares por pessoa, seria possível a essas famílias sobreviver do seu próprio esforço e reembolsar a ajuda recebida. O Banco não requer garantias reais para os empréstimos que concede. Todo cliente, entretanto, faz parte de um "grupo solidário", cujos componentes se responsabilizam, solidariamente, pelos empréstimos outorgados a membros do grupo.

**Mudança de paradigma** – São essas experiências que mostram que a burguesia, em nível internacional, foi muito capaz quando mudou o paradigma. Em vez de ser a inflação, vai ser o desemprego. Acompanho o sindicalismo europeu e eles diziam há muito tempo, às vésperas das eleições na Alemanha em 2001, que ganhariam depois de 16 anos porque o desemprego estava muito alto. Mas a classe trabalhadora aceitou baixar a inflação e flexibilizar os seus direitos trabalhistas para aumentar o desemprego. Aceitou e não pelas armas, mas pelo voto. Esse é um debate muito pragmático, não teórico. Na Europa, a classe trabalhadora votou na direita para flexibilizar os direitos para combater a inflação porque 16% de inflação é suicídio, e aqui nós chegamos a 3.000% ao ano. Então, vejam bem, quanto a essa experiência de transição da questão do movimento sindical para uma lógica neoliberal, na década de 1990, com Collor, com a abertura da economia brasileira, com a flexibilização em nível internacional, acho que não só o movimento sindical, mas todos os segmentos brasileiros não estavam preparados para a dimensão dessa abertura.

Creio que, com a questão do emprego e do desemprego, voltou a questão do cooperativismo e do Banco do Povo. Estivemos em Bangladesh, junto com o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], vendo a questão do Grameen Bank<sup>25</sup>.

A dimensão das cooperativas na Europa é impressionante. Mas há um debate muito importante para refletirmos no âmbito da militância partidária, sindical e das cooperativas, mesmo quando se trata do marxismo ou da luta de classes para que ou para quem, que é a questão da qualidade de vida e da cidadania, e o fato de termos evoluído e vermos todos da nossa esquerda da década de 1970 hoje nos governos democráticos e convivendo com todos os segmentos da sociedade, incluindo os empresários e militares; essa é uma reflexão importante do ponto de vista de qual socialismo queremos.

Por mais que haja essa confusão, se é socialismo de mercado ou centralizado, confesso que eu não consigo entender muito essa lógica. Sempre defendi a economia de mercado, por isso cursei administração de empresas.

Nessa questão das cooperativas, como a temos trabalhado hoje, creio que é importante considerar o seguinte: se o sindicalismo não vai deixar de existir numa economia de mercado, sempre vai haver a perspectiva do socialismo, porque, da mesma forma que os modos de produção mudam com o tempo, o capitalismo não é eterno e terá seu fim. Mas o sindicalismo é algo que tem a ver com o capitalismo, e se os países do socialismo real mantiveram seu sindicalismo foi muito mais por uma questão tática do que por uma questão estratégica. Não havia autonomia sindical nos países socialistas, nunca houve. Essa mesma contradição nós tivemos no Brasil quando criamos a CUT em 1983: todos os países comunistas alinhados com o Partidão [Partido Comunista Brasileiro, PCB] na época ficaram contra a criação da CUT. Quem apoiou a fundação da CUT no âmbito internacional foi a social-democracia e as igrejas. Depois foi mudando devagar. É como na Revolução Sandinista<sup>26</sup>.

Mas, do ponto de vista das cooperativas, estamos tendo que viver uma experiência muito forte de aprendizado. O que estamos dialogando com as prefeituras quando elas nos procuram para discutir o Banco do Povo é que não se pode criar a mística do Banco do Povo, assim como não se pode criar a mística da cooperativa, porque, em um país como o nosso, ela vai se estabelecer em uma economia competitiva de mercado que é perversa. Vai disputar com a Parmalat. Gilmar Mauro, quando abordar as cooperativas do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], pode falar muito bem sobre o que é competir com a Parmalat, com a Nestlé, com elas antecipando recursos financeiros para comprar a produção por um ou dois anos desses pequenos produtores e o MST e os pequenos produtores rurais tendo que viver sem o apoio do governo, sem nada, para competir

26. Insurreição nacional liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na Nicarágua (América Central) contra a ditadura de Anastácio Somoza, vitoriosa em julho de 1979. A revolução expropriou todos os bens da família Somoza, que governou o país durante décadas, e nacionalizou os bancos. Sofreu forte oposição do governo norte-americano, até ser derrotada em eleições em 1990.

com grandes empresas. É uma competição extremamente perversa, portanto as regras do jogo têm que ser outras. As prefeituras populares, progressistas, têm que ter uma relação diferente com essas pequenas cooperativas. E quando se diz diferente, muitas das nossas prefeituras ficam reféns do Poder Judiciário, dos procuradores; basta um advogado dizer que não pode. Nós construímos o Partido dos Trabalhadores e a CUT; ganhamos a prefeitura para ficar reféns de advogados? Se formos governar na condição de reféns de advogados e do parecer do Tribunal de Contas, não governaremos; faremos, na verdade, uma preservação do *status quo*! Seria a mesma coisa que fazer sindicalismo sem poder apoiar a oposição porque existia uma auditoria do Ministério do Trabalho. Quantas vezes nós fomos presos por causa da auditoria do Ministério do Trabalho...

**Dilemas do cooperativismo** – Nós temos grandes dilemas com as cooperativas. Primeiro, há cooperativas para desempregado e subempregado, é uma necessidade premente de inclusão dessa parcela significativa da população. Segundo, há cooperativas de empresas em crise, quebradas, aos milhares, empresas que estão se desmontando com essa abertura da economia. E quando se vai discutir uma cooperativa de setor produtivo industrial normalmente o nosso público não tem quase nenhum conhecimento sobre a questão tributária, que é seriíssima, não tem conhecimento de mercado, de definição de custo de preços de venda, de estratégia mercadológica, de formas de produção bem-estruturadas, da estrutura de bancos para obter financiamentos mais baratos. O sistema financeiro brasileiro é uma agiotagem terrível, mesmo o Banco do Povo, quando faz empréstimos a 4,5% ao mês, é um absurdo. Nosso público também não tem experiência de relações humanas porque muitos sindicalistas são patrõeszinhos conservadores na relação interna. Acho que nas prefeituras não deve ser muito diferente.

Nesse ponto entra um debate – com o qual eu acho que o movimento social precisa aprender muito –, que é a contribuição que a pedagogia pode dar. A experiência da pedagogia é muito importante na relação da gestão pública, seja com as cooperativas, seja com as prefeituras, seja com os sindicatos. Porque da mesma forma que o sindicato é um instrumento de agitação, que se torna presente e pressiona, ele também é um instrumento de reivindicação, a cooperativa é um instrumento de motivação, de sensibilização para que a pessoa mude seu comportamento no seu local de trabalho. É uma mudança de 180 graus. Somos educados para obedecer e, de repente, temos que aprender a gerir e a autogerir uma cooperativa. E se bobear há corrupção! Por quê? Porque o movimento sindical é um movimento de massa, tem transparência. Mas a cooperativa não, é só aquele pequeno universo. Se não houver mecanismos de acompanhamento, há roubos e caixa dois. E de repente o presidente da cooperativa está processando a cooperativa porque quer ser empregado, quer ganhar na Justiça. São riscos imensos. Mas porque há riscos nós não vamos fazer? Não, temos que fazer.

Nós temos empreendimentos em nível nacional, como a agência de desenvolvimento solidário da CUT; é uma experiência muito rica. Discutimos na Holanda a possibilidade de reunir as 200 prefeituras progressistas do PT, do PSB [Partido Socialista Brasileiro], do PDT [Partido Democrático Trabalhista] para fazermos intercâmbio com a União Européia para saneamento, para inclusão, para alfabetização etc. Há muitas fundações, muitas ONGS [organizações não-governamentais] que podem dar contribuições brilhantes, mas deve haver uma mudança de postura, que é um olhar não simplista, mas o da comunidade. Como reorganizar uma comunidade para que ela melhore o seu padrão de vida? Esse é o papel dos sindicatos, das empresas, das cooperativas, da prefeitura. Temos que ter um olhar sem tanto preconceito.

Como a cooperativa faz redes comerciais, importa, exporta, cria um banco de crédito cooperativo? Como o BNDES, a Caixa Econômica Federal, o Ban-

co do Brasil, as prefeituras participam disso? Nas prefeituras do PT, no Paraná, na Bahia, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, estamos realizando várias dessas discussões: em vez de ficar criando pacotes fechados, vamos primeiro examinar quais as demandas daquela comunidade, e a partir dos resultados fazer cooperativas de crédito, associações de crédito cooperativo e Banco do Povo. O Banco do Povo é careiro, cobra 4,5% ao mês, é uma visão muito fechada, burocratizada, de auto-suficiência, de auto-realização econômica que encarece. Integrar a comunidade é muito importante. Se as cooperativas de crédito são regulamentadas pelo Banco Central, então são extremamente restritivas. As associações de crédito comunitário ainda não são muito restritivas do ponto de vista da regulamentação do governo.

Costumo comparar as associações de crédito comunitário com os dízimos das igrejas: na origem do PT todo mundo era disciplinado e contribuía; hoje não sei se ainda há essa disciplina, como a dos evangélicos, dos quais mesmo quem tem salário baixo tira 10% e dá para a igreja, independentemente do bom ou do mau uso que o pastor faça deles. Mas o pessoal de base faz a sua contribuição.

As associações de crédito comunitário são instrumentos de capitalização da comunidade muito fortes para dinamizar pequenos empreendimentos. As prefeituras entram como fomentadoras não só financeiras, mas principalmente sociais, articulando-se com as religiões. Por exemplo, a Pastoral da Criança tem 1.643 núcleos de geração de emprego e renda para atender 1,6 milhão de crianças por mês, com 140 mil líderes comunitários. Não sei se essas experiências de atuação em redes comunitárias levam ao socialismo marxista, mas com certeza melhoram muito a qualidade de vida dos excluídos.

Temos muita obrigação de pensar nesse segmento da população – e para quem ainda não leu o livro do Paul Singer *Economia socialista*<sup>27</sup>, sugiro que o leia, é uma obra-prima.

27. SINGER, Paul e MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

# Comentários

*Gilmar Mauro*

**Cooperativas, mudança e luta social** – Boa tarde a todos, agradeço o espaço e a oportunidade de debater esse tema muito importante. Pretendo abordar algumas questões que, no nosso modo de entender, norteiam e orientam a construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], e também as nossas cooperativas, com todas as debilidades e os problemas que possamos ter.

Primeiro, é preciso ter claro o nosso norte, o nosso horizonte. Se não tivermos claro para onde vamos, não vamos a lugar algum. Um povo que não conhece o seu inimigo jamais vence. O nosso inimigo principal é o capitalismo como sistema e, na reforma agrária, o latifúndio. Se não tivermos claro que é preciso construir uma estrutura de poder voltada para a construção efetiva do socialismo, dificilmente a organização que vamos construir terá efetivamente funcionalidade e poderá acumular forças. Se não soubermos para onde vamos, discutiremos cooperativa ou qualquer outro instrumento sem o principal, o conteúdo político. Até para fazer a reforma agrária no Brasil é preciso alterar a correlação de forças atual, é preciso alterar a estrutura de poder.



O segundo aspecto é que não existe mudança social se não for por meio da luta social e de massas. Não vejo transformação social em lugar algum se não for desse modo. Até por uma razão pedagógica, a luta social faz com que as pessoas se sintam sujeitos de sua própria história. Se não participarem efetivamente de seus processos, de suas conquistas, mesmo que sejam pequenos, não se sentirão sujeitos da sua própria história. E a conquista dessa luta obviamente terá um caráter completamente diferente daquela conquista dos grandes líderes, dos grandes negociadores. As negociações são importantes para o movimento sindical e para qualquer movimento social, mas só serão importantes e só terão resultado se forem fruto da mobilização social. Só assim elas poderão avançar, não só na conquista econômica, mas em uma pedagogia de exemplo que é fruto da união, da ação organizada de pessoas para conquistar aquele objetivo. Isso politiza; é diferente da conquista negociada por grandes negociadores. Isso ajuda a resgatar a cidadania e a dignidade.

Deixem-me dar um exemplo concreto: um dia, talvez, a sociedade reconhecerá isso no MST. Mas é o fato de resgatar pessoas que hoje estão morando nas ruas, por exemplo, levar para um assentamento e transformar essas pessoas em sujeitos, em cidadãos, o que dará dignidade a essas pessoas na medida em que, no acampamento, elas participarem de um processo de luta, de uma ocupação de terra. Há uma organização dessa ocupação e uma conseqüente organização dos grupos de famílias e, nesse grupo, cada pessoa terá uma tarefa, seja ser responsável pelo setor de higiene do acampamento ou pelo setor de negociações, seja coordenar um grupo de famílias. Ela se sente gente, se sente importante, participe do processo. À medida que ela começa a ajudar a tomar decisões dentro de um acampamento, erguendo a mão para votar uma lei, ela começa a participar, a se sentir uma pessoa útil: é o resgate da dignidade.

Não há muitos estudos a respeito, mas talvez esse seja o processo de formação mais importante e mais bonito que nós temos, porque quando se faz uma ocupação de terra várias forças se mobilizam e se posicionam. Em uma ocupação de terra, a imprensa se posiciona, assim como os aliados e os adversários, e o nosso povo escuta os vários lados: o fazendeiro se posiciona, e também o Poder Judiciário, a polícia, o governo do Estado. É só explicar, depois de feita a ocupação, como funciona efetivamente a sociedade, que está dado um dos maiores cursos de formação para entender o funcionamento da sociedade em nível micro. Esse processo de formação é grande e nós percebemos, obviamente, como ele se dá no dia-a-dia à medida que o desenvolvemos, que fazemos as pessoas participarem.

Então, quero insistir nesse aspecto pedagógico da luta, da importância do indivíduo participar, de ele ser parte do processo. A negociação é importante também, mas como fruto de uma ação coletiva, pois ajuda, inclusive, a politizar, porque servirá como conquista da coletividade.

O terceiro aspecto é que não basta apenas ter um rumo e ter claro que é preciso fazer a luta: é preciso acumular forças. Nesse ponto, quero abordar as cooperativas, os assentamentos e os movimentos sociais: no meu modo de entender, acumular forças é organizar o povo, é ter uma base organizada. Não consigo vislumbrar transformação social se não houver povo preparado política e ideologicamente para intervir no momento necessário. Quando analisamos a conjuntura, o fazemos precisamente para entender como estão as forças e poder agir nessa conjuntura.

**Análise política e luta de classes** – Peguemos o exemplo dos petroleiros em 1995; foi o primeiro enfrentamento dos trabalhadores contra o modelo neoliberal aplicado pelo FGC, o Fundo Garantidor de Crédito, e era a hora de o conjunto das organizações populares se unificar na luta

junto aos petroleiros para derrotar o governo. Naquele momento analisávamos: “A hora de lutar é agora!”. Lembro que nós tínhamos o Grito da Terra preparado para acontecer em abril e a greve era, se não me engano, em fevereiro. Então nos propusemos a fazer o Grito na mesma época da greve porque a análise apontava para a seguinte questão: ou defendemos os petroleiros, ou perderemos todos. Bom, houve a proposta, mas a lógica do calendário se sobrepôs à lógica política, infelizmente. Tudo estava marcado para abril e as organizações do campo decidiram não antecipar a mobilização. O que aconteceu? Os petroleiros foram massacrados e nós, em abril, em vez de conseguirmos dar um grito, demos um gemido.

Então, o que adianta fazer análise política se não há capacidade de agir no momento em que a conjuntura exige intervenção? A luta de classes não se faz por calendário, e não é de brincadeira! Há quem diga que acabou a luta de classes, mas basta ir para o Pontal do Paranapanema, em São Paulo, ou para o Paraná, nas terras dos fazendeiros bravos, para ver se acabou a luta de classes.

Creio que ter presente esse acúmulo político é fundamental, porque o movimento social se desenvolve como ondas, ora sobe, ora desce, e se nós não acumularmos forças e aproveitarmos para organizá-las no momento em que o movimento social está em ascensão, dificilmente haverá uma conseqüência e uma seqüência lógica. E acho que acumular forças é fazer, por exemplo, que um assentamento do MST continue a lutar pela reforma agrária. Por quê? Porque se fazemos a luta, conquistamos uma terra e esses assentados não continuam a lutar pela reforma agrária, isso é válido do ponto de vista humano, mais gente em um pedaço de terra, menos terra na mão de um latifundiário, mas do ponto de vista político vale pouco. Acumular forças é tornar os sindicatos um instrumento nesse processo de transformação social, de modo que eles tenham em vista

o horizonte. É fazer com que a prefeitura seja esse instrumento de acúmulo, pois, do contrário, ela vai servir para envaidecer algumas pessoas e para a disputa de egos, mas não para o projeto político da classe trabalhadora rumo às transformações sociais.

**Cooperativas e transformação** – Quanto às cooperativas, elas têm um papel importante nessa questão. Se forem um instrumento orgânico e de acúmulo para transformação social, valerão do ponto de vista político. Se não, poderão servir para resistir dentro do sistema capitalista, conseguir melhores condições de vida, maior lucro para aquele grupo que é cooperado, mas não ajudarão e não serão um espaço em que se acumulem forças e experiências para o projeto de transformação. Para esse projeto de transformação e esse acúmulo político é preciso haver investimento e militantes. No projeto de luta puramente econômica não é preciso haver dirigentes, bons líderes são o suficiente. Agora, para uma transformação social, é preciso ter militantes e muitos dirigentes. É preciso ter quadros e, para isso, é preciso investir em formação político-ideológica, que não é fazer cursinho de final de semana, mas investir profundamente, ter programas de formação, fazer com que esses programas atinjam o maior número de pessoas possível e que haja a formação teórica e a capacitação prática, porque é preciso ter o domínio e o conhecimento prático para poder intervir na realidade concreta.

Sempre brinco que é possível dar aulas de natação para alguém durante um ano e o aluno aprender toda a teoria a respeito de natação, nado borboleta, de costas, quanto mede uma piscina olímpica etc. etc., mas se cair em uma piscina funda ele correrá o risco de morrer com toda a teoria na cabeça. Assim é na prática, na política. Se investirmos em formação e as pessoas não tiverem a oportunidade de atuar efetivamente, qualquer problema impedirá a ação e não haverá condições de resolvê-

lo. Tanto é assim que, a meu ver, a universidade forma muita gente e, no entanto, nem todos servem ao projeto de transformação social – eu diria que a grande maioria não contribui para isso. E se dependermos da universidade para formar os nossos quadros nunca faremos a revolução porque, precisamente, é um espaço de manutenção do sistema atual.

É nesse sentido que considero o papel da cooperativa muito importante no acúmulo de forças, que significa construir esse espaço orgânico político, de resistência, óbvio, de organização da produção, mas com uma perspectiva política. Acúmulo de forças é ter unidade, o que não significa não ter divergências. Então, para nós, ter unidade é discutir, debater, até brigar, mas, uma vez tomada a decisão, que todos a cumpram, porque se cada um fizer do jeito que quiser não haverá sentido orgânico.

Essa luta exige muito de algo que chamamos de *mística*. Eu acho que é preciso ser racional na luta de classes. Se não fizermos uma análise correta, correremos o risco de sofrer derrotas profundas, e mais, de colocar seres humanos em situação de perigo, até mesmo de morte. Assim, é preciso ser muito racional, é preciso fazer a análise o mais próximo possível da realidade. Agora, é preciso conjugar a racionalidade necessária à luta de classes aos sentimentos, ao coração. Para nós, *mística* é trazer para o presente o sonho do futuro, é se alimentar desse sonho, acreditar que é possível construir uma sociedade diferente, porque se não colocarmos nossos sentimentos, nossos sonhos, nossa vontade pessoal nesse processo de transformação, esse processo não acontecerá e nos transformaremos todos em burocratas frios e calculistas. A *mística* é fazer da luta um detonador de novas relações e de novos valores subversivos ao sistema, mesmo nas entranhas do próprio sistema. É fazer da luta um espaço de libertação.

Por último, eu vou apresentar um quadro rápido da situação do campo para vocês terem uma idéia. No momento<sup>28</sup>, dos 5 milhões de estabele-

28. Recorde-se que este seminário ocorreu em 7 de maio de 2001.

cimentos agrícolas existentes no Brasil, 800 mil são ligados à grande agricultura. E desses 800 mil grandes agricultores, 600 mil estão em crise; só 200 mil estão viabilizados, são os setores de ponta, voltados para a exportação de grãos. E dos 4,2 milhões de pequenos e médios estabelecimentos, apenas 700 mil estão viabilizados, e são precisamente os setores vinculados aos grandes complexos agroindustriais que conseguiram uma modernização no setor. O restante está em profunda crise e, possivelmente, vai sair do campo para as cidades. O governo conseguiu aplicar esse modelo agrícola por intermédio do Ministério da Agricultura e criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário, sob o comando de Raul Jungman<sup>29</sup>, que é o “Ministério dos Pobres”, o “Ministério de Compensação Social”. E lá estamos nós, os pequenos agricultores e assentados disputando entre nós mesmos as migalhas do governo, enquanto o modelo está sendo aplicado e uma grande parte dos camponeses está saindo do campo para a cidade, e irão sair muitos mais no próximo período se não mudarmos esse modelo. Vejam, em toda a história do MST conseguimos assentar 350 mil famílias. Só nos últimos dez anos saíram do campo 1 milhão de pequenos agricultores e 2 milhões de trabalhadores perderam o emprego. Nós vamos colocando de colher e eles vão tirando de pá. Não vamos conseguir superar isso nunca se não houver mudanças no modelo agrícola. A reforma agrária no Brasil só será feita e só conseguiremos implantar um novo modelo de agricultura no nosso país se alterarmos a estrutura de poder. Se isso não acontecer, não haverá reforma agrária, não haverá reforma urbana, não haverá educação nem saúde para todo mundo.

Concluindo: ou temos esse entendimento de que é preciso, sim, realizar a luta econômica com esse sentido pedagógico e de formação de militantes, de acúmulo de forças, político-ideológico e orgânico para combater a estrutura de poder existente, ou todos nós seremos engolidos e, pior,

29. Ex-ministro do Desenvolvimento Agrário (1999-2002) e ex-ministro extraordinário de Política Fundiária (1996-1999) no governo Fernando Henrique. Foi eleito deputado federal pelo Partido Popular Socialista de Pernambuco em 2002.

excluídos pelo próprio sistema. Se não tivermos essa visão política, não adiantará construir movimentos sociais nem cooperativas. Eles só terão sentido – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra inclusive –, se todos estivermos inseridos nessa luta e atuando de acordo com a lógica de acúmulo de forças políticas e de transformação social.

Acho que, no caso brasileiro, temos uma força política enorme, partidária, eleitoral, sindical, eclesíastica, estudantil, dos movimentos sociais, talvez maior do que em outras partes da América Latina e, quem sabe, até do mundo. Temos o mérito de termos construído isso nesses últimos anos. Acredito, por fim, que é preciso construir a unidade, esse diagnóstico comum, para que efetivamente esses instrumentos construídos possam todos lutar pelo mesmo objetivo. Isso é possível, ainda mais em um momento de crise. Há um descenso do movimento social de massa, uma crise das cooperativas, do movimento social, dos movimentos populares etc. etc. Fazer ascender novamente o movimento social, a luta de massas, numa perspectiva de transformação social, ou seja, revolucionária, é a tarefa mais importante da atualidade. O novo milênio está aí, e muitas pessoas gostariam de estar vivendo esse momento, porém tocou-nos a oportunidade de estar aqui e agora, com todas as contradições e todos os desafios, mas acima de tudo com muita disposição de tocar adiante o sonho de muitas gerações que lutaram pelos mesmos ideais que lutamos hoje. Acho que é, mais do que nunca, a hora de erguermos a cabeça e colocarmos toda a nossa energia para efetivamente fincarmos pé nas lutas de massas. Essa é a tarefa de cada um, essa é uma tarefa de todos nós.

# Comentários

*Ricardo Antunes*

**Sindicatos e cooperativas: como pensá-los junto com o socialismo?** – Gostaria de iniciar agradecendo a Zilah Abramo e, ao fazer isso, também agradecer ao comitê que organizou esse seminário, pelo convite que me foi feito. Acho que o debate é extremamente relevante, oportuno e imprescindível, mesmo diante da intensidade da destruição social que estamos presenciando no mundo contemporâneo. Conforme o convite que me foi formulado, vou debater o tema a partir do texto e da exposição feita por Fernando Haddad, mas tratando inicialmente com mais ênfase da questão sindical e do mundo do trabalho hoje, para fazer, posteriormente, algumas anotações sobre o tema das cooperativas.

A questão sindical e a questão das cooperativas, pensadas de modo articulado com a questão do socialismo no século XXI, são de importância crescente. E este esforço, na feição heterogênea e plural em que se apresenta, por certo nos ajuda, em alguma dimensão, a entender o que o Partido dos Trabalhadores, os movimentos sociais, o MST, a CUT vêm fazendo.

A apresentação de Fernando Haddad procura buscar os elementos teóricos do debate. Tenho vários pontos de concordância com este dese-

nho que Haddad faz e vou tentar, na medida em que penso ser interessante aqui, como o Gilmar Carneiro, da CUT, e o Gilmar Mauro, do MST, trazer outros elementos que talvez possam ajudar neste debate. Estes estão, na maioria, em confluência, mas também tentarei mostrar a contemporaneidade deste debate à luz dos elementos expostos e, em particular, da última parte da exposição de Fernando Haddad. Porém não me considero a pessoa ideal para falar das cooperativas; está aqui gente com muito mais competência. Vou tentar fazer uma ou outra referência dada a relevância do tema, mas vou colocar maior ênfase na questão sindical.

**Trabalho vivo e trabalho morto** – A primeira idéia que eu gostaria de mencionar é uma questão mais de fundo. Quando se consultam os dados da Organização Internacional do Trabalho [OIT] é possível perceber que há 1 bilhão e 150 milhões de homens e mulheres que hoje se encontram realizando trabalhos parciais, temporários, dos quais uma parcela se encontra desempregada. Quando se olha a degradação ambiental sem limites, o caráter de superfluidade desta sociedade dos descartáveis, penso que a questão do socialismo se torna intensamente contemporânea. Mas a retomada do debate de como resgatar o sentido de humanidade para os que trabalham e, hoje, para os que não trabalham, porque o capital já não oferece mais essa oportunidade para essa parcela imensa, é um imperativo decisivo.

Muitos estão aceitando a idéia de que o socialismo morreu ou foi derrotado. Esse traço se intensifica quando se pensa na perda de relevância e centralidade do trabalho. Fernando Haddad não mencionou aqui, mas no seu texto isso aparece em algum momento: a questão de como já era possível pensar na força humana de trabalho como algo supérfluo no século passado. Essa superfluidade aumentou. Há uma tese muitas vezes re-

petida: a de que o capital não mais necessita de força de trabalho viva para se reproduzir. Penso que essa tese é equívoca. Contudo, ela se faz importante ao nos forçar a refletir sobre de qual trabalho vivo o capital necessita hoje, a saber: as formas heterogêneas, as complexificadas, as diferenciadas, as fragmentadas. Se a mensuração do valor, ao qual Fernando Haddad também se referiu, decorre do dispêndio de energia física e intelectual necessário para a produção de mercadorias, hoje esse *quantum* de energia também inclui a dimensão intelectual e imaterial do trabalho, de tal modo que, em vez de se dizer adeus ao trabalho, há uma relação mais complexa em função da introdução, de forma avassaladora, da ciência enquanto força produtiva, o que não suprime, no meu entender, como quer Habermas, o valor-trabalho e a dimensão do trabalho vivo, mas cria, na atualidade, uma interação muito mais complexa entre trabalho vivo e trabalho morto.

Francisco de Oliveira disse uma vez, belissimamente, e eu me apropriei disso, que a potência constituinte do trabalho vivo interagindo com a potência constituída do trabalho morto é a chave para se pensar a questão do trabalho atualmente, de tal modo que, quando se diz “adeus ao trabalho”, se comete um grande equívoco. Podemos citar alguns autores, muito diferenciados, que estão em desacordo com essa nossa visão, tais como Jeremy Rifkin, com certas nuances, Dominique Méda, Habermas, ou, anteriormente, Claus Offe. Até mesmo, numa linhagem muito diferente, e num patamar mais complexo e interessante, Robert Kurz.

A Nike, por exemplo, todos nós sabemos, depende de cerca de 85 mil trabalhadores, em geral trabalhadoras, e, segundo a revista *Foreign Affairs* de algum tempo atrás – note que eu não citei nenhuma revista da extrema esquerda sindical asiática, mas a revista *Foreign Affairs* –, uma mulher trabalhadora no mundo asiático recebia 38 dólares por mês por uma jornada semanal de 60 horas. Imagino chegarmos para uma dessas mulheres no continente asiático e dizer: “A classe trabalhadora acabou”. Ela vai per-



guntar: “E o que faço eu aqui nessa barbárie sem limites?”. Se fôssemos ver as condições de trabalho dos jovens dos McDonald’s que hoje proliferam por todos os cantos do mundo, teríamos um quadro também crítico.

A empresa que mais emprega trabalhadores hoje nos Estados Unidos não é, como há dez anos, a General Motors. A empresa que mais emprega trabalhadores nos Estados Unidos, e estou citando esses exemplos como sintoma das formas heterogêneas e diferenciadas do trabalho vivo, tem o simpático nome de Man Power e aluga “escravos modernos”. Ela tem entre 400 mil e 500 mil – alguns falam em 600 mil – homens e mulheres, que é o seu plantel de indivíduos, disponíveis para serem alugados. Se for necessário um engenheiro nuclear de alta qualidade, ela dispõe de vários. Se a demanda for por trabalhadores e trabalhadoras de limpeza de escritórios, porque os prédios empresariais dos Estados Unidos necessitam de gente para fazer a limpeza dos carpetes, essa empresa também tem para alugar. A Man Power não emprega, ela terceiriza trabalhadores. Eles são os trabalhadores, ou os desempregados, virtuais. Esse é, digamos assim, o mundo heterogêneo, e a empresa “moderna” que vem da era da reestruturação produtiva. Nas décadas de 1970 a 1990, desenvolveu-se uma monumental reestruturação do capital em escala global. Japão, Suécia, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra são exemplos dessa reestruturação.

No que diz respeito ao trabalho, as formas utilizadas são também bastante diferenciadas, desde os diversos tipos de trabalhos altamente qualificados, multifuncionais, polivalentes, até as formas intensamente precarizadas e sem qualificação. Vejam, a multifuncionalidade aqui é definida pelo capital, não há nada parecido, no meu entender, com a unilateralidade, a multilateralidade do indivíduo. É a polivalência, como nos ensinou, por exemplo, Satoshi Kamata, ao falar da Toyota: em vez de um trabalhador operar uma máquina, como no sistema taylorista-fordista, ele é capacitado, na Toyota, para operar em média até cinco máquinas.

**Desqualificação do trabalho** – Mas, na outra ponta, teríamos o trabalho desqualificado, subqualificado, pode-se dizer, não existe mais aquela conformação de um trabalho formal, estável, com direitos do operário-massa da era do taylorismo-fordismo. Isso é uma máxima das empresas hoje, das grandes transnacionais às pequenas empresas: o trabalho desprovido de direitos, o trabalhador em disponibilidade para o capital no espaço produtivo da empresa, ou até mesmo no espaço doméstico, o que é melhor ainda para a empresa, porque assim a luta de classes transcende para a casa do trabalhador. Se formos, por exemplo, para a indústria de calçados em Franca, no interior de São Paulo, vai haver meninos e meninas trabalhando em abundância na costura de sapatos que vão para os mercados londrino, nova-iorquino, italiano. Imagine a carga ideológica que hoje se joga dentro da classe trabalhadora fraturada, heterogênea, dispersa na sua materialidade e na sua subjetividade. Eles não são mais chamados de trabalhadores, são chamados de “colaboradores”. É acintoso, se não fosse algo pior: são os “colaboradores da empresa”.

Colhi, recentemente, um depoimento de uma trabalhadora bancária que dizia: “Recebo 1.200 reais por mês. Todo dia meu gerente me cobra o quanto eu já vendi de seguros, porque tenho que vender por mês pelo menos 1.200 reais de seguros para pagar o salário que eu recebo”. É assim. E o “colaborador”, quando há uma retração do mercado, mudanças no ciclo expansionista ou recessão, é o primeiro a ser demitido. É claro que isso afeta o sindicato fortemente. Quero fazer mais uma observação para pensarmos a forma de como isso afeta, no meu entender, os sindicatos. Ao contrário de se afirmar que a teoria do valor teria implodido, ou seja, que não teríamos mais a mensurabilidade do valor, a questão que se apresenta hoje, no meu entender, diz respeito às formas pelas quais as dimensões material e imaterial, cognitiva, intelectual se mesclam na composição do valor-trabalho, o qual sofreu mensurações, adições e mutações.

A contemporaneidade mostra que a presença da ciência no mundo produtivo fortaleceu o pêndulo para o lado do trabalho imaterial. Os franceses, às vezes exagerando um pouco, como fazem com muita frequência, estão dizendo que já vivemos o mundo da imaterialidade do trabalho. Acho um exagero porque a maior parte dos teóricos que defende o fim do trabalho o faz olhando para o mundo eurocentricamente, quando dois terços da humanidade que trabalha, incluídos aí a China com 1,3 bilhão de habitantes e a Índia com mais 1 bilhão, se encontram nesse enorme canto do mundo que normalmente, de modo um pouco equivocado e com algum desdém, chamamos de Terceiro Mundo. Então, dizer adeus ao trabalho, alardear o fim do trabalho, ou que o sindicato desaparecerá, não nos parece correto.

**Sindicatos na encruzilhada** – Para fazer um último comentário a respeito desse ponto, estamos num momento em que o capital “de tipo toyotista” distingue-se do “capital taylorista e fordista” ao introduzir elementos novos. Hoje vivemos um momento de apreensão da dimensão intelectual do trabalho, daí todo o envolvimento no mundo do toyotismo, no qual os trabalhadores tornam-se déspotas de si mesmos. Eles se autocontrolam, se auto-regulam, se punem, em um grupo, em uma célula produtiva de seis a oito trabalhadores. Quando um falta, ele é cobrado pelos outros sete porque a produção caiu, a média caiu e com isso aquele grupo caiu no *ranking*. É nesse *ranking* que as empresas se converteram: no mundo produtivo um trabalhador é jogado contra o outro. É difícil imaginar que isso não tenha afetado com muita força o movimento sindical.

Nesse ponto, precisamos caminhar com um pouco de cuidado. Do mesmo modo, me parecem equívocas as teses que dizem que os sindicatos se mantêm hoje como sempre se mantiveram. Mas também há um outro pólo contrário que me parece problemático: a tese de que os sindicatos perderam o seu sentido. Penso que não. No entanto, os sindicatos estão em uma

encruzilhada. Os sindicatos se encontram em uma situação em que eles têm que se redesenhar, que se reconceber. Isso é imprescindível.

Vou finalizar com cinco ou seis pontos que considero os desafios centrais que se apresentam para os sindicatos; isso vale, no meu entender, para Brasil, Argentina, México, Inglaterra, Estados Unidos e Japão, mesmo com todas as diferenças que marcam o sindicalismo de países tão heterogêneos. A classe trabalhadora hoje é, como tendência, uma classe cada vez mais compreendida no trabalho informal. Os capitais hoje querem o trabalho informal. No passado a terceirização limitava-se aos setores de limpeza e alimentação; hoje terceiriza-se tudo. Sabemos que a Volkswagen de Resende, no Rio de Janeiro, por exemplo, quase não tem operários próprios, são quase todos terceirizados das empresas que participam do consórcio de montagem na Volkswagen. Em um quadro como esse, o primeiro desafio imprescindível é romper a barreira social entre trabalhadores estáveis e trabalhadores terceirizados, isto é, instáveis, para não falarmos dos desempregados.

Em geral, os sindicatos estão incapacitados para enfrentar a questão de como organizar os trabalhadores terceirizados. Já houve quem fizesse negociação coletiva, em que diferentes setores disseram: “Saímos vitoriosos da negociação coletiva”. Sim, e quantos terceirizados foram demitidos? “Ah, isso não importa porque os terceirizados são sempre demitidos mesmo, hoje ou amanhã”. Importa sim, e eu diria, como primeiro ponto, que os sindicatos precisam ampliar sua dimensão de representantes do conjunto da classe trabalhadora. Trata-se de uma tentativa de abarcar esse caráter compósito da classe trabalhadora hoje, para que os sindicatos não voltem a ser como os sindicatos de ofício do fim do século XIX, só que em pleno século XXI. Em alguma medida, muitos sindicatos europeus e norte-americanos já passam por uma situação parecida com essa.

Segundo desafio: a classe trabalhadora sempre foi formada por uma significativa parcela feminina. Na Inglaterra, desde 1998, 51% da força

de trabalho é constituída por mulheres. Nos Estados Unidos, ela chega perto de 50% e, no Brasil, representa um pouco mais de 40%. Como os sindicatos têm enfrentado a questão da organização do segmento feminino de sua força de trabalho?

A Toyota de Campinas (SP), por exemplo, só contrata trabalhadores entre 20 e 23 anos sem experiência sindical. Como os sindicatos vão enfrentar essas questões?

Terceiro: o sindicato da empresa taylorista e fordista era vertical. A empresa capitalista hoje se horizontalizou. Portanto, ou os sindicatos se horizontalizam ou teremos sindicatos verticais para empresas horizontais.

Os sindicatos têm que fundir luta social e luta política. O capital dividiu a classe trabalhadora em dois braços: o sindical, e o econômico e político – os partidos. Mas o capital não se autofratura, não tem seus braços sindical e político, ainda mais o capital transnacional do mundo global atual. Li, recentemente, em um documento que um dos requisitos da ALCA [Área de Livre Comércio das Américas] é: quando houver greve em uma empresa de um país latino-americano, o Judiciário internacional vai julgá-la. É essa condição que o capital transnacional quer nos impor. A fusão de luta social e luta política é o que dá vigor ao MST, ao zapatismo, aos movimentos sociais dos desempregados na França e o que dá mais audácia na luta social e política.

Isso retoma, por fim, a discussão de qual sociedade os sindicatos e a classe trabalhadora querem: esta que nós temos, destrutiva, ou outra, em que seja possível pensar em uma retomada de um projeto que resgate alguns valores mais essenciais da humanidade que trabalha e daquela que, hoje, é desprovida do trabalho? O que, portanto, nos remete ao socialismo. Creio que esses pontos podem nos ajudar no debate sobre os sindicatos e o socialismo. Obrigado.

## Debate com o público

### **Francisco Costa**

Boa tarde, companheiros e companheiras, eu sou do bairro de Capela do Socorro, na zona sul de São Paulo. Vemos hoje a dificuldade dos desempregados não só de conseguir empregos, mas também de se qualificarem para eles, principalmente na periferia, onde nós residimos. Nós estamos formando uma cooperativa. Eu gostaria de saber de Fernando Haddad e dos outros componentes da mesa qual a perspectiva atual dessa futura cooperativa que estamos montando e das demais que poderão vir no decorrer do tempo, porque, lá na periferia, sentimos que há essa

necessidade de montarmos alguma coisa com esses companheiros desempregados, até pela própria necessidade de sobrevivência. Estamos até um pouco perdidos, não sabemos se montamos uma cooperativa de prestação de serviços ou de alguns produtos que podemos fabricar, ou seja, uma padaria comunitária, reciclagem de lixo etc.

Como podemos iniciar essa cooperativa de modo que ela tenha continuidade e não seja mais uma vítima dessa tal globalização, da ALCA? Temos que montar um movimento para nossa própria sobrevivência. Muito obrigado.

### **Roberto Vasquez**

Eu trabalho na Prefeitura Municipal de Santo André (SP).

Há dois anos, mais ou menos, Fernando Haddad escreveu um artigo na *Folha*<sup>30</sup> destacando a importância de o PT e a CUT politizarem a questão das cooperativas, de terem essa ação de caráter político na formação das cooperativas. Para que as cooperativas não se tornem um artilho das classes dominantes, como essa ação política pode ser feita no dia-a-dia, como se trabalha essa politização?

### **Daniel Araújo**

Há pouco tempo, li um livro do professor Paul Singer sobre clubes de trocas. Na internet, achei o endereço do representante aqui no Brasil e nos reunimos para analisar a possibilidade de formar na Vila Mariana [bairro da zona sul de São Paulo] um clube de trocas entre nós. Foi sugerido na reunião que poderíamos procurar os professores da rede municipal para tentar fazer isso dentro das escolas também, com os pais,

mas aí foi dito que isso é proibido. Não sei até que ponto isso é proibido ou não, mas esse representante falou que começou com uma horta comunitária na Argentina, que já tem 1 milhão de pessoas. Quando consultei o *site* deles li que, no início, eles tinham 100 mil pessoas, hoje já chegaram a 1 milhão. Então, a questão é a seguinte: não seria o caso de a Prefeitura Municipal começar a discutir essas experiências de clubes de trocas com as associações de professores da rede municipal? Acho que é na rede municipal, onde estão os pais mais pobres, o lugar ideal para isso acontecer. Se existe uma limitação da lei, isso inviabiliza o projeto, mas acho que poderíamos aproveitar agora que o PT está no poder [na cidade de São Paulo]. Outra questão é se o clube de trocas realmente funciona como uma cooperativa ou não.

### **João Antônio Moraes**

A redução da jornada de trabalho ou a melhoria das condições mencionadas se aplicam a toda a

30. HADDAD, Fernando. "Terceiro setor e economia solidária". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28/12/99, p. 1-3.

força de trabalho ou apenas ao mercado formal?

### **Geraldo Santiago Pereira**

Sou advogado do Sindicato dos Trabalhadores Coureiros e Sapateiros de São Paulo. A minha questão é a seguinte: na época em que começamos no movimento, em 1977, 1978, antes da fundação da CUT, do PT, não tínhamos os instrumentos de luta que temos hoje. Havia a ditadura militar nos perseguindo, todos nós fomos presos e processados... Acho uma contradição que, hoje, com a dita democracia, a internet, o fax, o computador, não se tenha a capacidade de mobilização que tínhamos, só se ouve que “hoje há o refluxo, os trabalhadores estão cansados...”. Queria que a mesa comentasse essa contradição. Obrigado.

### **Fernando Haddad**

Vou começar a responder pelo fim, acho que vai ser mais fácil.

Do ponto de vista dos meios que teríamos à nossa disposição, acho

que meios são sempre questões ambíguas. Valendo-me do que Gilmar Mauro falou, os meios sempre podem ser usados de uma forma ou de outra. Eles geralmente são contra os interesses da classe trabalhadora e, na melhor das hipóteses, são ambíguos, devem ser usados inteligentemente para produzir algum efeito positivo nas condições de vida da população das camadas inferiores da sociedade. Do mesmo jeito que avaliamos a internet como um instrumento interessante de divulgação de idéias, de comunicação, de difusão de dados, informações e opiniões pelo mundo, existe também o lado daquele que trabalha com a internet, que viu explodir a sua jornada de trabalho.

Luís Felipe de Alencastro, em um de seus artigos, fez notar a cena de um filme, *Missão impossível*, no qual o sujeito estava em um penhasco inatingível e, de repente, toca o telefone, passa um helicóptero e o leva para a tal missão impossível. Mas hoje estamos nas malhas da rede, menos para nos comunicar-

mos e muito mais para trabalharmos. A quantidade de tempo que um trabalhador leva hoje lendo as suas mensagens e sendo capturado no lazer da sua casa é enorme; uma mensagem chega de repente e o sujeito já é obrigado a acessá-la e a pensar. Isso para o mercado financeiro é indiscutível também: as Bolsas estão *on line* 24 horas e o trabalhador é obrigado a monitorar as telas e a saber onde você vai alocar seu portfólio de investimentos etc. etc. Então, essa questão não me parece a mais importante desse ponto de vista.

Não acho que hoje não temos ferramentas a mais para atuar; acho, na verdade, que essas ferramentas se prestam também a outras práticas, as quais caminham no sentido contrário. O que vejo é uma especificidade política, e o Brasil é um caso muito especial. Temos uma oportunidade única de imaginarmos, sem o risco de estarmos sonhando nas nuvens, um projeto diferente do que está sendo implantado no mundo inteiro. E essa

especificidade não é técnica nem tecnológica, é uma especificidade política, fruto da ação de indivíduos que conseguiram se mobilizar e construir instituições de classes inéditas no país e sem paralelo no resto do mundo. Quer dizer, com pouquíssimas exceções, não há, simultaneamente, no mesmo país, um partido de esquerda com pretensões nacionais, uma central de trabalhadores que não restringe a sua ação à luta política cotidiana por aumento salarial e redução de jornada, pensa mais longe do que isso, e movimentos sociais, dos quais evidentemente o MST é o mais importante, que efetivamente ameaçam a ordem, colocam em xeque a atual forma de gestão da economia.

Concentro-me nessas variáveis para imaginar que pretensões socialistas têm plausibilidade no Brasil. Talvez, se estivesse em qualquer outra parte do mundo, eu não tivesse esperança de que as coisas pudessem rumar para outra direção. Mas efetivamente por estar aqui, por ter acompanhado o período de

transição da ditadura para o que chamamos hoje de democracia, a formação desse movimento social desde o seu nascedouro, o PT em 1980, a CUT logo depois, o MST, que surge também na década de 1980, justamente no momento em que ingressei na Universidade de São Paulo [USP], estudando e ao mesmo tempo verificando a pujança do movimento social no Brasil, não acho desprezível o que foi conseguido, muito pelo contrário.

Às vezes, conversando com alunos de outros países que estão hoje estudando na USP, é possível ver o encanto com que eles encaram a experiência brasileira. Argentinos, chilenos que estão aqui estudando se admiram por termos um PT, uma CUT, um MST. E, na verdade, nós temos os três juntos, o que não me parece pouco, definitivamente. Essa questão é a que está intimamente ligada com a da politização do movimento social, de uma maneira geral, e a da cooperativa, em particular. A cooperativa não se insere no contexto “emprego *versus* de-

semprego”, mas em uma outra ordem de considerações. Não podemos ter em mente que “emprego *versus* desemprego” é uma questão de política econômica nacional, quer dizer, não é a incapacidade ou a capacidade dos trabalhadores de se organizarem que provoca o desemprego. Do ponto de vista econômico é que será encontrado remédio para o desemprego. Temos que enfrentar o Ministério da Fazenda, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o BNDES para brigar por mais empregos; temos que enfrentar o governo federal para pensar uma política de expansão, de crescimento, de inserção internacional.

A cooperativa, insisto, é um empreendimento político, cujo foco é a superação da relação de assalariamento. E para que isso se dê de uma forma interessante ela precisa, desde o início, passar por um processo objetivo, mas, ao mesmo tempo, subjetivo, no qual os trabalhadores sejam educados para uma outra forma de organização social. Se for vista como panacéia para as mazelas



materiais que o indivíduo está enfrentando em determinado momento, ela não tem a envergadura necessária para seguir em frente, para sobreviver e para apontar uma direção mais ousada.

Podemos e devemos usar o poder local. Acho que a Prefeitura de São Paulo tem um programa hoje, ainda embrionário, de orquestrar junto aos programas sociais a questão da economia solidária. Essa é uma questão também que envolve reflexão, porque não é fácil articular programas como Bolsa Escola, Bolsa Trabalho, Começar de Novo e economia solidária em torno de uma proposta mais arrojada. Mas, enfim, a economia solidária está na ordem do dia e deve ser explorada, inclusive não só pela prefeitura, mas pelo movimento social que deve exercer pressão sobre a prefeitura para que esse programa tenha essa ou aquela feição. Não queiram imaginar que três iluminados em uma sala de dez por dez metros vão conseguir conceber, sem a ajuda e a pressão do movimento social, um

programa de economia solidária que efetivamente tenha conseqüências visíveis para um conjunto razoável da população. Então devemos mobilizar a prefeitura, as incubadoras de cooperativas.

Em relação à primeira pergunta feita, sobre o que fazer em uma cooperativa, se ela é de serviço, se é de produção, se é clube de troca: o que quer que seja, o responsável deve procurar apoio técnico. Assim como um pequeno empresário vai ao Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] e tenta se munir de informações que maximizarão as chances de seu empreendimento vingar, os cooperados devem procurar a agência de desenvolvimento solidário da CUT, a incubadora tecnológica de cooperativas da USP, o MST, se for o caso de uma cooperativa agrícola, para se valer dessas experiências acumuladas. Eu, efetivamente, não tenho capacidade de contribuir em um assunto que me foge à compreensão, já que não estou na linha de frente do movi-

mento. Então, quanto à questão da politização, não devemos entender o movimento cooperativo como um movimento espontâneo de superação de uma determinada dificuldade econômica de um conjunto de indivíduos: ele pode vir a ser muito mais do que isso, mas deve contar com o apoio do movimento social organizado, das centrais sindicais, para que ganhe um caráter diferente do que a classe dominante gostaria que tivesse.

### **Julia**

Meu nome é Julia, faço parte do Fórum Centro Vivo, uma instituição que, dialogando com diferentes movimentos sociais – entidades de direitos humanos, laboratórios de pesquisa universitários, movimentos de cultura etc. –, luta por um outro Centro da cidade e por uma outra cidade de São Paulo de um modo geral, e, portanto, se contrapõe à Associação Viva o Centro claramente, desde o início. É pensando um pouco nisso que vou formular uma provocação, porque a mesa

me pareceu em alguma medida dialogar entre si e, em outra medida, não. O expositor trouxe uma análise muito rica, lembrando um autor do século XIX bastante atual e apresentando questões que a política partidária e a política sindical do século XX talvez esqueceram ou puseram de lado. Ricardo Antunes apresentou a questão de como se encontra o lado bárbaro do trabalho hoje e como o sindicalismo não enfrenta claramente a questão do trabalho informal de um modo geral, que tem mil e uma faces. Gilmar Mauro considerou a perspectiva de um movimento social maior no Brasil hoje, e, a meu ver, pareceu que ele já anunciava a questão da Consulta Popular como movimento nacional, num quadro de formação de militantes e lutadores do povo para transformar um país, com um projeto definido para o país, claro. No entanto, eu esperava uma fala da CUT, pois, até onde sei, ela é bastante diferente da Força Sindical, é evidente, e dentro dela existem também vários sindicatos.

Tenho tido contato com a ADS, a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, que pensa a questão das cooperativas e da economia solidária, basicamente, de uma forma pragmática; como o senhor Gilmar Carneiro disse, no mundo do sindicalismo as coisas são sempre pragmáticas e nem tanto teóricas. No entanto, não sei até que ponto a fala do Sindicato dos Bancários, ao qual Gilmar Carneiro é ligado, representa a fala da CUT, porque o sindicato tem feito articulações políticas na cidade bastante diferentes de várias outras articulações que a própria CUT faz. O Sindicato dos Bancários tem uma parceria aqui no centro da cidade com a Associação Viva o Centro, e portanto diretamente com o capital financeiro, especificamente em um projeto que é fundamentado por uma ação pedagógica com meninos de rua, o Projeto Travessia. Essa é a minha provocação: me pergunto até que ponto o trabalho do Sindicato dos Bancários não vem sendo mais ligado ao capital, em lugar de pen-

sar as questões da economia solidária, do socialismo etc.

Queria cobrar um pouco do lado sindical, dada a análise que os outros membros da mesa fizeram: o que é a questão do sindicalismo e do corporativismo hoje; o que é, efetivamente, do ponto de vista prático, uma luta pelo socialismo? Não senti nas exposições contempladas as ações que outros setores da CUT vêm fazendo nesse campo.

### **Marcelo Sereno**

Sou do Diretório Nacional do PT e ex-secretário de organização da Central Única dos Trabalhadores. Gostaria de pontuar algumas questões sobre este debate. Em primeiro lugar, sobre o movimento cooperativista no Brasil – não sei se se pode chamá-lo dessa forma de um ponto de vista da esquerda ou progressista: no Brasil temos a OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras, que, como o sindicalismo e outros setores sociais brasileiros, foi estruturada em uma lógica do corporativismo, uma organização

estatal centralizada para enquadrar as cooperativas também, e nós da CUT tentamos agora, com a criação da ADS e com todo o debate da economia solidária, mudar esse quadro do ponto de vista do sindicalismo, mas encontramos ainda muitas dificuldades. A principal dificuldade é que a maior parte das cooperativas possui experiências com o objetivo de tentar resolver o problema prático imediato do trabalhador desempregado. Existem inúmeras cooperativas que são, direta ou indiretamente, administradas pelos sindicatos e foram criadas a partir da falência de empresas.

De certa maneira o debate sobre a economia solidária tenta resgatar a experiência do movimento cooperativista da democracia europeia do século XIX, com uma série de elementos que não têm, ou pelo menos não tinham, uma formulação consciente para pensar a politização desse movimento corporativista, criando-se um movimento nacional com caráter socialista. O problema é que há, na mi-

nha opinião, muitas dificuldades para pensarmos como enfrentar esse movimento, apesar de Fernando Haddad ter razão: a existência do PT, da CUT, do MST no mesmo período histórico é uma novidade no nosso país e em muitos países do mundo.

Como vamos enfrentar essas questões, mesmo que cheguemos a ganhar as eleições em 2002? Pode haver um programa, não só da Prefeitura de São Paulo, mas também do governo federal em relação a essas questões, sabendo que estaremos criando esse movimento corporativista em uma economia de mercado muito mais desenvolvida do que no século XIX. Haddad se referiu às fábricas que podem produzir pequenos componentes e exportar para países distantes; é a parte da economia de escala, custo de transporte mais baixo, custo de comunicação etc. etc., ter competitividade. Por outro lado, discutiremos isso no mesmo momento em que o movimento sindical brasileiro está em uma encruzilhada, não por-

que os sindicatos perderam o seu papel, mas pelo problema que temos no Brasil de haver um movimento sindical ainda regulado por uma legislação corporativista.

Ricardo Antunes se referiu aos terceirizados. Quando se faz um acordo coletivo para os terceirizados de um sindicato majoritário, como o dos bancários, esse acordo é questionado na Justiça. Então, nossa capacidade de horizontalizar o sindicalismo está muito restrita pela legislação e, ao mesmo tempo, o movimento sindical está enfrentando uma crise do estatuto do trabalho assalariado.

Essa é outra pergunta que quero fazer a Fernando Haddad: o estatuto do trabalho assalariado hoje é muito diferente do que era nas décadas de 1960 e 1970 e, num mundo em que o sindicalismo estava em decadência, na década de 1980, nosso sindicalismo era forte e estava em ascensão. Gostaria que ele comentasse essa questão.

A outra pergunta é: considerando a hipótese de uma retomada do

crescimento econômico e a possibilidade de recuperação do estatuto do trabalho assalariado, as cooperativas não podem, novamente, se tornar algo marginal? De certa maneira, o movimento que a CUT fez já representa isso: estamos agora tratando da economia solidária por conta do desemprego e da precarização do nosso representado. É um movimento contraditório. Gostaria que Haddad analisasse essa questão para sabermos como podemos pensar o passo seguinte. Obrigado.

### **Feijó**

Sou secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e gostaria de começar por um ponto que Marcelo Sereno abordou. Aqui se diz que o movimento cooperativo deve ter um determinado caráter político de transformação da sociedade, deve ajudar a transformar a maneira como os trabalhadores se vêm dentro dessa sociedade, mais como integrantes de uma sociedade efetivamente cooperativa do que

como patrões de si mesmos. Mas, por um lado, das 14 cooperativas que hoje integramos no ABC na rede Unisol Cooperativas, dez delas nasceram da necessidade de lutas pelo emprego em fábricas falidas, e não tivemos alternativa a não ser avançar para a construção dessas cooperativas. Evidentemente que não podemos, uma vez criadas as cooperativas, dar a elas o caráter de uma empresa meramente inserida no mercado. Agora, não resta dúvidas de que elas terão que competir no mercado.

Por exemplo, temos a parte da Conforja, uma empresa que produz conexões para a exploração de petróleo, composta hoje por quatro cooperativas. Sua única alternativa de sobrevivência é competir no mercado e, ao mesmo tempo, conservar o seu caráter cooperativo. Ela vai faturar em 2001 20 milhões de reais. E os trabalhadores, que começaram com um passivo trabalhista não recebido, cada um deles tem hoje uma cota de 29 mil reais, mais do que eles tinham de indenização.

A segunda questão é que ao mesmo tempo que avançamos na construção de cooperativas reais, de produção, nos deparamos com o enfrentamento das chamadas “cooperगतos”<sup>31</sup>. Simultaneamente ao incentivo às cooperativas, estamos fazendo um combate ferrenho às “cooperगतos” que aparecem na nossa base para interpor mão-de-obra de forma fraudulenta. Então fazemos dois trabalhos nesse momento e, infelizmente, as “cooperगतos” têm a sua vida extremamente facilitada por um projeto de lei apresentado por um companheiro deputado do PT que não discutiu com o movimento sindical como deveria ser um projeto cooperativo.

O que se faz? Como produzimos essa integração? Com relação a determinados confrontos do movimento sindical, o maior deles, hoje, é de ordem cultural. Nós nos habituamos a uma velha e falida estrutura, apesar de termos jurado esta estrutura de morte quando criamos a CUT, e nos habituamos a essa pulverização sindical. O pior confron-

31. Cooperativas de fachada ou cooperativas de serviço ou de mão-de-obra organizadas pelo patronato para contratar trabalhadores sem atender ao que determina a legislação trabalhista.

to que se tem é internamente, na própria CUT, porque as pessoas resistem a criar algo novo e se agarram àquele velho aparelho como forma de sustentar as suas idéias.

Este debate tem que ser feito com rigor, porque não adianta fazer um tipo de discurso e, quando se propõe uma mudança radical de cultura que atenda à nova demanda, essa nova forma seja impedida porque as pessoas se habituaram com o velho. Sabe qual é o maior drama dos metalúrgicos do ABC? Ir com a maior mobilização possível para a mesa de negociação e o confronto se dar não na capacidade de mobilização dos trabalhadores em relação a seus empregadores, mas sim com nossos companheiros de outras bases sindicais, que dizem assim: “Nós queremos redução de jornada”. “Mas você já tem 30 horas aqui, na Fiat ainda são 44.” “Nós queremos mais aumento de salário.” “Mas no Paraná ainda se ganha tanto...” E começamos a nos confrontar entre nós mesmos! E ainda somos chamados de pelegos!

### **Gilmar Carneiro**

Além da Justiça do Trabalho, que é um fator muito sério e impeditivo, criou-se um artifício muito forte no movimento sindical: o imposto sindical. Há muitos dirigentes da CUT que ainda defendem que se mantenha esse imposto; podem não defendê-lo em público, mas não realizam uma ação concreta para acabar com o imposto sindical. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC entrou com mandado de segurança para que não fosse descontado o imposto sindical e ganhou. Não é pouco dinheiro: no Sindicato dos Bancários de São Paulo são 3,5 milhões de reais por ano que se deixa de recolher. Ou se faz isso e se bloqueia a cobrança para não haver mesmo o desconto, para dar o exemplo, ou não se acaba com a lei. Se todos os sindicatos da CUT comessem a entrar na Justiça para não recolher o imposto sindical, ele acabaria por inércia. Agora, existe um fator hoje que está sendo mais nefasto do que o imposto sindical para o movimento sin-

dical, mesmo o da CUT, que é o FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Quando se começa a depender muito do FAT, de seus recursos para fazer formação, capacitação, muitas vezes a agenda do FAT se sobrepõe à agenda da luta, e ficamos em uma situação complicada.

Como fundador da CUT, considero essa questão do FAT muito preocupante e acho que ela é até mais perversa do que a do imposto sindical, porque este, mesmo tendo sido criado por Getúlio Vargas, entra direto na conta do sindicato, preservando um caráter mais democrático do que o FAT, que vai para a direção da central e depois se desdobra conforme um acordo acertado dentro das centrais sindicais, criando uma hegemonia verticalizada que muitas vezes é inibidora.

Quanto ao debate do sindicato nacional, creio que também temos que reconhecer que há um debate muito grande, principalmente das tendências minoritárias da CUT, sobre o medo da hegemonia. Isso é natural. Por mais que se diga que o

centralismo democrático é bom em determinadas situações, em outras ele é maléfico, pois, se tomarmos, por exemplo, os bancários de São Paulo, todas as matrizes dos bancos estão aqui, bem como 65% do sistema financeiro, e existem 150 mil bancários. Se constituirmos um sindicato nacional, por natureza o sindicato de São Paulo determina as decisões do sindicato do Brasil inteiro. Agora, com 200 sindicatos é possível construir uma unidade de ação com muito mais concessões, porque são 200 sindicatos a serem levados em conta. Já com um sindicato só “manda quem pode e obedece quem tem juízo”, e acabou.

Por que organizávamos uma greve nacional dos bancários e dava certo? Porque tinha que haver uma tolerância com o Acre, com o Piauí, com todo mundo, senão a Rede Globo colocava no ar: “Fracassa a greve nacional dos bancários”. Tínhamos que ter uma grande capacidade de concessão para manter a unidade nacional, o que não era fácil. Essa organização, quando se

trata de empresas setorializadas, como no ABC, por exemplo, é mais fácil, mas agora a indústria automobilística se pulverizou, o que torna mais complicado o movimento em nível nacional.

Nosso país é continental, muito grande. Precisamos aprender a fazer algumas concessões e, muitas vezes, quem é grande é pouco tolerante. Feijó está corretíssimo. Mas acho que a questão sindical passa muito mais pelo problema do desemprego do que pela postura em si dos dirigentes sindicais, embora haja alguns desvios.

Em relação às ponderações da companhia do Fórum Centro Vivo sobre o Projeto Travessia, acho que esse programa foi uma das experiências mais bonitas que tive na vida. Fiquei cinco anos no Travessia, uma parceria com Bank Boston, Viva o Centro, Grupo Vicunha, Fundação Seade, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Apeoesp [Sindicato dos Professores da Rede Estadual de Ensino de São Paulo] a CUT e os bancários.

A Prefeitura de São Paulo precisa ser mais rápida em questões como o Travessia, um projeto voltado para a população de crianças e adolescentes de rua. Quando começamos este debate em razão da própria situação precária que essas crianças e esses adolescentes vivem na rua, e também pela própria violência, o Viva o Centro foi um parceiro de primeira hora, assim como o Bank Boston, que até hoje é um parceiro importante no trabalho com a criança e com o adolescente; começou com a experiência do Axé na Bahia e faz todo um trabalho com a Fundação Seade, com a USP, com uma série de ONGs.

Nossas prefeituras precisam trabalhar em rede com a comunidade para resolver o problema dos moradores de rua, sem preconceitos. Agora, se em nome do socialismo não se faz parcerias com os atores sociais para minimizar a fragilidade da rua, acho que estamos ficando dogmáticos, porque pegar uma criança de rua com 10 anos e tirá-la da rua é um trabalho importante.

É um trabalho da sociedade inteira, não só nosso. Pode ser nosso se pegarmos o dinheiro do FAT, de todos os sindicatos e de todas as prefeituras. São 5 mil crianças e adolescentes nas ruas. Dá para tirar todos com a pedagogia construtivista? Dá. Mas a Secretaria de Finanças tem recursos para disponibilizar na dimensão necessária? Não tem. A própria Secretaria de Educação, mesmo no governo de Mário Covas, colocava muitas dificuldades para tratar desse assunto. E viver na rua é uma violência absurda. Então não podem o Viva o Centro e o Travessia trabalhar juntos? É loucura! Não devemos ter essa visão maniqueísta. Quem conhece o trabalho do Travessia sabe o quanto isso não tem preço; só quem vive na rua e convive com a droga sabe o que é isso. Benjamin Steinbruch, do Grupo Vicunha, é um parceiro de primeira hora; ele não pode ajudar o Travessia?

Quando falo das mudanças da cidadania de 1970 para 2000, do fato de que hoje nós somos todos

governo, tem muito a ver com isso: é a questão da tolerância, como lidar com essa situação sem perder o projeto do socialismo. Eu sempre defendi um socialismo com cidadania, sempre fui contra o stalinismo, nunca neguei isso.

### **Ricardo Antunes**

São muitas questões de razoável complexidade. Vou tentar fazer dois comentários que ainda não foram feitos aqui, sobre o desemprego e sobre a redução da jornada de trabalho. A redução da jornada é uma bandeira decisiva, contemporânea, de âmbito mundial – respeitadas as singularidades de setor, ramo, país –, que toca os que vivem da venda da força de trabalho e os desempregados. Uma das condições mais fortes das fraturas do capital no mundo do trabalho é a fratura entre empregado e desempregado. A redução da jornada de trabalho é um ponto de partida central na luta, tanto dos que trabalham como dos que estão desempregados. Esta reflexão, de fundo socialista, com



muita frequência está ausente do debate. É necessário reduzir a jornada de trabalho, mas também perguntar: produzir o que e para quem, que é a essência do sistema de metabolismo do capital.

Ao reduzir a jornada de trabalho tiramos do âmbito do capital o controle opressivo que ele tem sobre o nosso tempo de trabalho e de não-trabalho. Basta ver a importância dos *shoppings* nas esferas da sociedade do entretenimento, de tudo o que preenche o que alguns chamam, talvez por ironia, de tempo livre, que é livre para o consumo.

Então essa bandeira é decisiva e não é contraditória com o direito ao emprego e ao trabalho. Esta é uma reivindicação necessária não porque se cultue o trabalho assalariado, mas porque não há como o ser que vive da venda da sua força de trabalho viver na sociedade atual sem a mediação de alguma forma de trabalho. Essa bandeira, em sua amplitude, não no plano fenomênico, mas em sua essência, ata empregados e desempregados e mexe

com o fundo do sistema de metabolismo social do capital.

Creio que, embora não seja um especialista no tema das cooperativas, esse é o momento de abordar alguns pontos que, no meu entender, são cruciais para se pensar essa questão. Primeiro, acho que a cooperativa é uma resposta limitada mas imprescindível para o desemprego. Acho que é esse mesmo o caminho. É fácil falar sobre a condição de assalariamento, de remuneração, mas, uma vez desempregado, fazemos o que for preciso para voltar ao emprego. O tempo livre é uma bandeira fundamental, mas supõe um trabalho dotado de sentido.

Sabemos como o trabalho às vezes é imprescindível como instrumento da sociabilidade, porque pior é viver o não-trabalho. Em casa, um cônjuge recrimina o outro por estar desempregado, e os filhos olham para os dois e dizem: “Meus pais são o que são porque ambos são desempregados”. Aí o pai sai e vive o desemprego em tempo integral,

pega auxílio-moradia, vale-transporte e vale-refeição e vai fazer qual-quer um desses cursos de qualifi-cação, dos quais poucos são sérios, para poder sair de casa. No final do dia, ele andou, perambulou, vol-tou e vivenciou essa dimensão de desumanidade. Nesse sentido, a co-operativa é limitada, mas real.

Temos o segundo ponto que foi mencionado aqui, que acho que é muito importante, o da cooperativa do tipo “coopergatos”, citada como forma de precarização, de destrui-ção de direito. O capital nunca vai dizer: “Vamos organizar aqui o mun-do do trabalho precarizado”. Ele chama isso de cooperativa, é mais bonitinho. Então, muito cuidado, quem estuda sabe disso. Não pre-cisamos mais ir para o Nordeste para ver essa situação. Outro dia, me dizia um colega professor, hou-ve na escola em que ele dá aula uma proposta de se criar uma coo-perativa. Os professores questiona-ram: “E dezembro e janeiro, quan-do não há aulas?”. E ouviram como resposta: “É uma cooperativa, se

vocês não trabalharem em dezem-bro e em janeiro, vocês não vão receber”. Quem se recusou foi de-mitido. E montou-se uma coope-rativa para uma escola. Nós, que dis-pomos do que Pierre Bourdieu cha-mava de *capital cultural*, sabemos negociar nossos salários. E os que não dispõem de capital cultural, aqueles que estão no chão produ-tivo? Aí é a barbárie.

Terceiro ponto: concordo com o Fernando Haddad e acho que ele re-tomou com felicidade o debate de Marx, isto é, a cooperativa tem um sentido, no plano micro, que é não ser despótica, em oposição ao des-potismo fabril e ao planejamento autocrático de tipo stalinista, nos quais todos os experimentos do equi-vocadamente chamado “socialismo real” acabaram incorrendo, e foram infelizes nesta questão. Então, nes-se sentido, a cooperativa tem, além da minimização da barbárie do de-semprego, um primeiro embrião de autonomia de trabalho.

Agora, como se alia isso com o mercado na fase mais destrutiva,

das fusões das grandes empresas, na qual não há opção a não ser entrar na concorrência? É mais complicado falar em cooperativa e socialismo por causa desse vínculo com o mercado global, porque o fato de no plano micro haver, nesse sentido, o esboço positivo de autonomia do trabalho não me permite imaginar que, criando cooperativas e mais cooperativas, um dia acabem empresas como a Microsoft, ou a IBM, ou a General Motors.

Essa é a discussão. Entramos em uma batalha mais profunda, contra a lógica do capital. Fernando Haddad tratou do caráter não-despótico da cooperativa. Mas como é que se transcende o caráter não-despótico do plano micro para o plano social?

Esses pontos, no meu entender, são o núcleo do debate. E é possível que a gente divirja neste ponto e veja este debate de modo diferente. Mas fica a pergunta: como é que se transita para o socialismo a partir da ampliação de experimentos de cooperativas que

estão à margem do sistema capitalista? Como ferir a lógica do capital em uma era de megafusões, com a lei da selva do mercado e suas transnacionais?

### **Djalma**

Sou metalúrgico aposentado. Acho que precisamos saber claramente quais são os objetivos que queremos. Quando se discutem os rumos do socialismo, como estamos discutindo aqui a questão das cooperativas e dos sindicatos, se discute também, às vezes, a questão das administrações do Partido dos Trabalhadores. São instrumentos que a classe trabalhadora construiu nesses últimos 20 anos que, no meu modo de entender, serviram para o acúmulo de força para a disputa da hegemonia na sociedade. Se não é isso, deve-se fazer o debate também para se verificar quais são os objetivos. Pergunto, então, para o companheiro Gilmar Mauro se ele acredita que as prefeituras administradas pelo PT estão servindo ao acúmulo de forças para a

disputa da hegemonia na sociedade para transformá-la em uma sociedade socialista?

### **Cláudio Pastor**

Boa tarde a todos, sou do PT de Mauá.

Hoje está sendo criado um modismo no Brasil em torno das cooperativas; muitos defendem que é uma saída. Mas isso me preocupa porque muitas cooperativas têm sido criadas a partir da falência do empresário ou de sua falta de dinheiro ou de capacidade de gerir o seu próprio negócio. Porém, essas cooperativas passam, muitas vezes, a prestar serviços para esse mesmo empresário; vendem ou trabalham para ele. E os cooperados, às vezes naquela falsa ilusão de manter o emprego e o salário, abrem mão da questão dos direitos adquiridos, que são o Fundo de Garantia, as férias, o 13º salário, e muitas cooperativas não se preocupam em garantir isso. Fui diretor da Cooperdata, e tínhamos lá uma forma de garantir esses di-

reitos básicos. Gostaria que Ricardo Antunes fizesse um comentário em relação a isso.

Para Gilmar Mauro, quero perguntar como ele vê a relação entre o PT e o MST. Em um certo momento essa relação foi muito próxima, mas hoje parece que ela está um pouco distante; gostaria que ele falasse um pouco sobre isso. Muito obrigado.

### **Jorge**

Uma pergunta para Ricardo Antunes e Gilmar Carneiro. Parcelas significativas dos sindicatos têm optado pelo assistencialismo e pelo sindicalismo de resultados, incluindo os sindicatos filiados à CUT, abandonando a luta pela transformação social. Isso pode ser explicado apenas pela conjuntura atual? Há outras possibilidades para o sindicalismo?

### **João Antônio Moraes**

Pergunta para Ricardo Antunes: na sua visão, a fusão de sindicatos é um caminho para o novo cenário

na perspectiva de enfrentamento e construção do socialismo?

### **Silvia Marrei**

Para Fernando Haddad: nos dias de hoje encontramos cada vez mais desempregados que não têm consciência de classe. Como conciliar o imobilismo de hoje com as aludidas pretensões socialistas? Em tempo: até que ponto as nossas instituições de classe, especialmente a CUT e o PT, não ajudam a legitimar o atual contexto da ordem capitalista?

### **Pergunta:**

Em São Paulo temos quase 2 milhões de desempregados. São ex-bancários, ex-metalúrgicos etc., que sofrem ocultados no seu isolamento. Não caberia aos sindicatos mobilizá-los para que se tornassem visíveis e se expusessem como força social? Há como colocar 500 mil pessoas em uma simples passeata?

### **Leda Paulani**

Boa tarde, sou colega do Fernando Haddad “n” vezes: da USP, da

revista *Praga*, da Secretaria de Finanças. Tenho também uma identificação intelectual muito grande com ele e acho que as colocações que nos trouxe são muito importantes porque deslocam o foco do debate, que, equivocadamente, durante o século passado, ficou na chave mercado-planejamento. Então, via cooperativas, vemos que existe uma possibilidade de superação; nossa possibilidade de enxergar hoje me parece diminuta porque enxergamos as cooperativas dentro do sistema capitalista, não conseguimos ver além dele.

Antes de fazer a minha pergunta, gostaria de fazer um comentário à margem de um debate que se travou aqui: é muito fácil para o doutor Benjamin Steinbruch, depois que ele levou a Vale do Rio Doce praticamente de graça, oferecer espelhinho para os índios, como diz o nosso secretário de Finanças. Então, ainda que possa ser defensável de um ponto de vista cristão de benemerência etc., acho que defender uma figura como essa é complicado. Agora,

minha pergunta para Fernando Haddad: você diz que a briga pela cooperativa e, principalmente, pela cooperação entre as cooperativas é uma luta política que aponta para a superação da anarquia e, portanto, depende de elementos nacionais: sistema nacional de crédito, sistema nacional tributário, sistema nacional de inovação tecnológica. Pressupondo que o PT, um governo progressista, ganhe as eleições, será que esse Estado vai se colocar a favor das cooperativas e ter força política suficiente para mobilizar esses instrumentos, em nível nacional, para levar essa economia em uma perspectiva de superação do capitalismo, ou será que as resistências que vai encontrar, até do ponto de vista do capital organizado transnacionalmente, vão ser maiores do que os desafios? Ainda que eu ache que devemos enfrentá-los mesmo assim. Obrigada.

### **Paul Singer**

Antes de mais nada, gostaria de dar os parabéns à mesa, acho que

este foi um dos melhores seminários. O trabalho de Fernando Haddad é uma análise marxiana que resgata uma riqueza muito grande da discussão, e todos os companheiros, Gilmar Carneiro, Gilmar Mauro e Ricardo Antunes, pegaram a bola no ar e deram uma bela contribuição. Dito isso, queria não responder ao Ricardo sua última pergunta, mas, de forma mais ampla, dizer o seguinte: não sei quem decidiu que só se pode construir o socialismo em um determinado âmbito geográfico, por exemplo, um país. Quer dizer, ou há hegemonia no país, ou não há socialismo. E se o país for meia cidade? Aí pode, existe socialismo com 500 mil habitantes.

Essa questão de âmbito é falsamente colocada. Depois da Revolução de Outubro se achava que a Rússia era o melhor país do mundo. A URSS [União das Repúblicas Socialistas Soviéticas], que era um baita império, hoje dividido em vários países, não era suficiente; socialismo em um país só parecia absurdo, tinha que ser no mundo in-

teiro. Ou o socialismo vinha de algum lugar e cobria o planeta de repente, ou não era o socialismo. Isso não faz sentido! O capitalismo, desde a Revolução Industrial, já faz 230 anos, ainda não é planetário. A maior parte do mundo ainda não é capitalista – está em via de se tornar, cada vez mais, mas ainda não é. E quem põe em dúvida que existe capitalismo? Então, quero dizer a vocês que o socialismo pode ser feito em qualquer âmbito, mesmo no âmbito de uma pequena cooperativa, para não falar das maiores.

Isso de que em uma certa dimensão não é socialismo não faz sentido; socialismo é um tipo de sociedade, é um tipo de relações humanas, e não só de produção, é uma sociedade igualitária, democrática e, sobretudo, fraterna. E isso tem que se aprender. Hoje temos estudos, inclusive experimentais, mostrando que sendo solidário se aprende... e se desaprende. Por isso cada cooperativa autêntica, e são poucas, é uma pequena escola de socialismo, sim.

Falando de cooperativas que foram antigas empresas que faliram, poderíamos citar cooperativas formadas pela Cáritas<sup>32</sup> ou pelas incubadoras, tanto faz, mas o que se verifica? Que a cooperativa que parte para o socialismo com o pé direito é composta por gente que lutou muito, que criou laços muito fortes de solidariedade em lutas, com tantos mortos, com tantos feridos, como as que fazem o MST, a Anteatg [Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária] e outras entidades da CUT, da Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura] etc. É nessa luta que se constrói uma solidariedade política. É muito difícil transformar uma solidariedade política em econômica. Isso nós estamos verificando nos assentamentos do MST. Em cada um deles há os coletivistas e os individualistas, quer dizer, existem os companheiros que fundem os seus lotes e experimentam uma economia igualitária e fraterna, mas há os companheiros que

32. Instituição da Igreja Católica, de âmbito internacional, cuja missão é “Defender, resgatar e promover a vida, trabalhando com as pessoas em situação de exclusão nos planos social, político, econômico, cultural e religioso, educando para a justiça, a solidariedade e a cidadania, construindo condições de vida digna para todos”.

ficam nos seus lotes e formam outros tipos de cooperativas só de comercialização, e todos eles estão no sistema dos cooperados.

É muito inteligente da parte do MST manter a unidade nos assentamentos mantendo sua diversidade. É um dos princípios básicos do socialismo. Ninguém fica na cooperativa contra sua vontade, o que lhe confere autenticidade. Estou acompanhando em particular algumas experiências de assentamentos do MST que foram estudadas por mestres e doutores de universidades, e são extremamente interessantes e, nas entrevistas de uma dessas pesquisas, vê-se que as pessoas que saem da cooperativa para ir para os seus lotes não falam mal da cooperativa. Muitos dizem: “Nós não estávamos maduros”.

Mas há problemas muito grandes, de diferença de tamanhos de família, que se revelam diferenças de padrão de vida. Por exemplo, os que têm muitos filhos, mas estes não estão em idade de trabalhar, ganham menos. Como é possível contabilizar

o que da produção as pessoas consomem ou não? Como se avaliam os trabalhos diferentes de quem está nos trabalhos intelectual e manual nas cooperativas? Como se praticam efetivamente a igualdade e a democracia nas decisões que afetam a todo mundo? Enfim, essas vivências são muito preciosas.

Existe uma enorme quantidade de cooperativas que perderam grande parte, mas não a totalidade, de sua autenticidade. Não estou falando de “cooperfraudes”, empresas capitalistas que têm dono, exploram os seus cooperados e têm o nome de cooperativas – não temos nada a ver com isso, a CUT faz muito bem em combatê-las –, mas de cooperativas que mesmo tendo assalariados, o que não pode acontecer, ainda prestam homenagem aos princípios do cooperativismo, existem movimentos de regeneração.

O que estou aprendendo em minha militância prática é que é uma atitude muito fácil, mas falsa, dividir o mundo entre puros e impuros, anjos e demônios. Eu diria que 99%

das cooperativas não são exatamente aquilo que gostaríamos que fossem, mas também não são “cooperfraudes”; são movimentos vivos e, a cada momento, como são compostas por seres humanos, se modificam. Estão tentando entender sua dinâmica, se é que existe uma única dinâmica. O próprio movimento do MST está acompanhando isso e procurando entender o que se passa para viabilizar econômica, social e politicamente seus assentamentos, sem o que o movimento seria um fracasso. É muito importante a presença dos sindicatos, das universidades e das suas incubadoras, das igrejas, ou seja, do apoio político-ideológico para as cooperativas que tentam ser autênticas. Sem esses apoios externos é muito mais difícil.

### **Gilmar Mauro**

Queria falar rapidamente sobre cooperativas, embora não me tenha sido dirigida nenhuma pergunta sobre isso, e depois responder as outras questões. Primeiro, ado-

tamos como princípio no MST estimular todas as formas de cooperação agrícola mais do que a cooperativa, porque ela acaba se institucionalizando como tal, e nós combatemos isso. É complicado haver presidencialismo nas cooperativas, um indivíduo se tornar presidente, chefe. Aliás, poder é um problema onde quer que seja. Dentro das nossas cooperativas criamos coletivos de direção. Há uma diretoria formal por questões legais, mas buscamos sempre fortalecer a direção política da cooperativa que é o colegiado, que toma as decisões.

Estimular a cooperação agrícola é mais do que estimular a cooperativa, porque a cooperação envolve a associatividade, o mutirão, outras formas de cooperação. No MST existe uma gama de experiências: assentamentos em que metade da terra é coletiva e metade individual ou toda individual, mas as atividades, as linhas de produção, são realizadas de forma cooperativa. Agora, todas as experiências passam por uma crise enorme. Por que a

cooperativa é mal administrada? Não é mal administrada, mas a agricultura vive uma das maiores crises que já enfrentamos, e porque o modelo é extremamente excludente. Nesse momento, a cooperativa ajuda a racionalizar a utilização dos recursos naturais, da mão-de-obra e dos pequenos recursos econômicos de que nós dispomos, e a pensar um modelo sustentável.

Vejo, então, as cooperativas muito mais como uma forma de resistência nossa, dos camponeses, contra o modelo de exclusão social a favor da permanência no campo e da produção de novos valores, porque o discutir e o fazer coletivamente são parte de um processo pedagógico de democracia, de participação, de solidariedade, de construção de novos valores. Essas experiências nos dão muitos elementos concretos que estimulam esses valores socialistas que são importantes.

Sobre a questão das prefeituras, vou ser sincero: acho que elas, em grande medida, não estão ajudando para o acúmulo de forças, e vou

dizer por quê. Existe uma ação burguesa limitadora que impede qualquer manobra diferente, que representa um engessamento das prefeituras com base na legislação – entenda-se Câmara dos Vereadores, Poder Judiciário, TCU [Tribunal de Contas da União] e um monte de coisas que dificultam qualquer tipo de ação para um rumo diferente –, com a qual é muito difícil lidar.

O segundo fator são as dívidas enormes que as prefeituras têm. A prefeitura está correndo para arrecadar dinheiro para pagar dívidas, renegociar dívidas, e a folha de pagamento é enorme. Então, eu questiono o orçamento participativo, porque 70% do orçamento vai para a folha de pagamento, 20% para dívidas, mais 5% para outras despesas e o orçamento participativo funciona apenas para 5%, ou menos, do orçamento de um município. Quer dizer, o orçamento é participativo, mas bem micro.

O próximo ponto é o espaço. Esse espaço é extremamente corruptor por natureza e a prova disso



é que, em muitas administrações municipais, vários companheiros nossos que eram militantes, líderes de massa de movimentos sociais importantes, entraram para o espaço administrativo e o seu padrão de vida melhorou, e eles nunca mais voltaram para o movimento social. O que vemos nas prefeituras, inclusive nas de esquerda, é o seguinte: o movimento social chega com a pauta de reivindicação, por exemplo, queremos casa; e o nosso companheiro, que antes era dirigente sindical, vem com a conta, mostra as dívidas e diz que não há dinheiro. Ora, se ganharmos uma prefeitura, um governo de estado ou até a Presidência da República para administrar o que existe, e não fizermos desses espaços formas de fortalecer os movimentos sociais, de participação popular e de elevação do nível de consciência, essas estruturas não ajudarão a acumular forças para as mudanças profundas de que necessitamos. Precisamos entender inclusive que o espaço municipal é extremamente

limitado, o desemprego vai continuar mesmo com a Marta Suplicy como prefeita de São Paulo. Por quê? Porque a macroeconomia não depende da prefeita ou da política do governo de São Paulo, mas de políticas macroeconômicas. Então, o indivíduo que estava desempregado antes de Marta Suplicy assumir pode continuar desempregado, sobretudo se não houver esse entendimento de que ou combatemos conjuntamente o imperialismo e a lógica neoliberal, ou as administrações municipais não vão ter futuro nenhum e não vão mostrar nada de novo. Se as prefeituras não se somarem às lutas do partido, dos movimentos sociais, da sociedade no combate a esse modelo econômico, certamente vai ser uma frustração, e mais do que isso, não ajudará absolutamente em nada no acúmulo de forças rumo ao projeto de transformação social.

Após toda administração de esquerda frustrada logo vem outra de extrema direita. Isso acontece em todos os processos. Se não tivermos

clareza quanto a isso, correremos o risco de um retrocesso político e histórico. É possível e temos condições de transformar esses instrumentos em espaços de enfrentamento. Os governos de estado também têm que realizar esse enfrentamento, mas o que temos visto são situações não muito agradáveis e que não apontam muito para essa perspectiva de enfrentamento de classes e do projeto neoliberal.

Sobre o PT, a nossa relação é boa. Temos diferenças, muitas, mas temos acordos. Estamos em um momento de crise e é preciso olharmos para nós mesmos e reconhecer isso. O apresentador de televisão Ratinho mobiliza mais gente do que todos nós juntos. O [grupo musical] É o Tchan leva mais gente para a rua do que nós. Isso é fruto dessa crise, desse problema que foi analisado hoje. Essa é uma crise também de método e, se não nos conscientizarmos dessa situação, de que é preciso rever e estudar o método, será difícil superar-mos esse momento.

Não é culpa de um ou de outro, não adianta crucificar ninguém. Há como construir outro método se não formos para o meio do povo? Não acredito em receitas, e elas não existem. O método se faz na prática, não tem outro jeito. Mas o certo é que precisamos desenvolver um trabalho de base, que é lento, quase personalizado, demorado, mas necessário. Se não tivermos militantes fazendo isso, podemos ganhar a prefeitura, ou o que mais acontecer, que não conseguiremos mudar a sociedade, porque é preciso organizá-la, desenvolver um processo de consciência político-ideológica, se quisermos efetivamente transformá-la.

Esse é o nosso desafio, é o caminho que temos que percorrer: incluir o povo, realizar um trabalho de base, organizar o povo, reerguer o movimento de massas, dar um passo após o outro, até que consigamos ascender novamente e fazer com que haja uma alteração dessa conjuntura e, conseqüentemente, da estrutura de poder. No

MST, no PT, na CUT e em todos os movimentos sociais existem militantes revolucionários e em todos existem aqueles que já fizeram a sua revolução pessoal e já não querem mais a transformação social. Deixemos de lado esses que não querem mais a transformação social e vamos pegar aqueles que ainda acreditam que é possível construir o socialismo, que têm um sonho, uma utopia, que ainda se arrepiam com a vontade de fazer esse novo. Vamos gastar a nossa energia com esses e trabalhar para que efetivamente neste novo milênio possamos mudar o Brasil e contribuir para mudar o mundo. Muito obrigado.

### **Fernando Haddad**

Em função do tempo disponível, vai ser impossível responder a todas as intervenções. Gostaria, então, de resumir a minha fala final no seguinte: acho que o PT deveria empunhar com mais brio a bandeira do socialismo e que a questão do trabalho assalariado deve estar na ordem do dia, deve ser colocada com

todas as letras no programa do partido, mostrando que não pouparemos esforços para permitir àqueles que desejam uma outra forma de organização da produção que tenham, não uma esmola do Estado, mas apoio dos sistemas estatais nacionais, para começar a empreender.

Há uma dimensão econômica do sistema tributário, do sistema de crédito e do sistema de inovação que diz respeito à questão do desenvolvimento econômico. Há a questão social desses três sistemas, que diz respeito à questão da justiça distributiva. Os sistemas tributário, de crédito e de inovação tecnológica precisam ser encarados do ponto de vista político. É assim que um partido de trabalhadores poderá colocar à disposição as ferramentas para uma formação já informada previamente do que será um governo dos trabalhadores e mobilizar esses mecanismos na direção da sua emancipação.

Ricardo, entendo você não conseguir vislumbrar uma cooperativa do tamanho de uma GM porque

you never saw this, neither I, but as you do not believe that workers can organize a unique company with its own legs it is the case of abandoning socialism, because socialism is the organization of the whole economy in solidary bases. If we cannot organize a unique company in solidary bases, we give up the project. I am convinced that this is the way.

We have to go by force, not by example, but today we have in society a contradiction that is the most interesting: it is the first time in history, perhaps of humanity, that we know that the knowledge is not in the hands of the dominant class. The dominant class has become parasitic since that point of view; when Marx praised the dominant class for undertaking the revolution of the means of production, it cannot be said that this task was the responsibility of the dominated. Today a part of this dominated class holds the knowledge and some would organize in

other bases if they were invited to reflect on their condition.

For example: there is Microsoft, with its operating system onipresent, Windows. But there is also Linux, an operating system that competes with Windows, created by a Finnish called Linus Torvalds, who developed it in a collective, improvised, decentralized, and open way within the world network. If the people who organize Linux, in a completely anarchic and revolutionary way, were invited to participate in an enterprise to computerize a workers' cooperative, would they not do it, if it were something much more complex than what would be asked? Or, in other words, is cooperation possible even in the field of development of systems, if we are afraid of approaching the scientific class, the engineers, the consultants, the technologists who are developing these systems, and who are as-

lariados? Tudo bem, é um assalariamento diferente, eles se beneficiam de lucros extraordinários, mas são assalariados. Agora, eles têm que se aproximar das outras camadas sociais, tanto das forças produtivas que estão aí empregadas quanto daqueles que nem emprego têm. Mas isso é papel de um partido socialista, e esse papel nós não estamos cumprindo.

Quando se fala em sindicato, nós não conseguimos sequer nos organizar em bases nacionais, como o Sindicato Nacional dos Metalúrgicos, quando na verdade deveríamos estar pensando em nos organizar em bases internacionais ou transnacionais. O sindicato de empresa deveria ser um sindicato mundial. Ouço isso desde a década de 1980. Fúlvio Abramo foi à Faculdade de Direito, quando eu era calouro, e falou: “O mundo está mudando, nós precisamos pensar no sindicato de empresa”. Por exemplo: o sindicato dos trabalhadores da Nike, onde quer que eles estejam, o sindicato de trabalhadores da

Volkswagen, onde quer que eles estejam, os terceirizados inclusive, uma central sindical do Mercosul, ou de organizações como a ALCA, ou a União Européia. Estamos tímidos diante dos desafios e das dificuldades. Por quê? Porque choramos o leite derramado do stalinismo e da social-democracia, que não é o leite que nós tomávamos, e que nem faz tão bem assim para a saúde. Vamos pensar para a frente, está faltando ousadia.

Não existe movimento social de esquerda sem generosidade individual, sem desprendimento. Ficar pensando em cargos, em renda, nisso ou naquilo quando se tem desafios pela frente é muito miúdo. Estamos em uma lógica de quem ganha o quê, temos que escapar dessa lógica da velha sociedade civil burguesa lá do século XVIII, o que envolve muita abdicção. É preciso ter em mente que quando um professor da universidade ou um líder do movimento social está abrindo mão às vezes de lazer, de renda, de um emprego melhor, do que quer

que seja, para formular idéias para o movimento social, para conscientizar pessoas desprovidas de conhecimento básico para se inserir na economia, esses indivíduos estão tentando ser mais generosos do que a média, estão tentando fazer algo. Sem esse elemento também não vamos em frente.

O PT precisa ousar um pouco mais, escrever no seu programa a que veio. Isso precisa ser contado e explicado para a população. O trabalho assalariado precisa ser o nosso foco de atenção. O programa do partido deve dizer que ele vai mobilizar todos os esforços para fazer com que a população que assim deseje supere esse estágio inferior de civilização. É isso que precisamos escrever na bandeira do partido, e não precisamos ter vergonha disso porque não é possível que alguém se orgulhe tanto de um emprego. Só que estamos tão subempregados ou desempregados que esquecemos disso. Mas o emprego não é isso tudo, ele é despótico, nos sujeita a ciclos irracionais, a to-

das as mazelas. Precisamos ter a coragem de dizer tudo isso. Pode-se perder um voto ou outro aqui, hoje, mas vamos ganhar muitos votos amanhã. Obrigado.

### **Ricardo Antunes**

Vou fazer um pequeno reparo a uma referência que Fernando Haddad fez a mim, pois acho que é improcedente, e, ao mesmo tempo, reiterar as concordâncias com ele.

Concordo plenamente com o depoimento do Gilmar Mauro sobre as cooperativas, por tudo o que ele nos reproduz da cotidianidade dessa experiência viva que o MST está fazendo hoje e pelo projeto que ele coloca. Concordo também com Paul Singer, que [a cooperativa] é uma escola do socialismo, mas ele sabe também, e muito melhor do que eu, por sua própria experiência, que as tentativas de revolução no século xx, com poucas exceções, fracassaram e nós temos que entender por quê. Entra aí a questão da dimensão, desde a espacial até a territorial, de como se muda

essa forma da economia e da sociabilidade. Concordo com Paul Singer e Fernando Haddad sobre o sentido positivo que a cooperativa tem como dimensão autônoma do trabalho.

Resta um desafio, para o qual não tenho resposta, e não estou satisfeito com as respostas presentes. Como esse desenho de construção autônoma de resistência, como disse Gilmar Mauro, poderá superar essa lógica destrutiva mundial do capital? Será possível fazê-lo somente através da ampliação das cooperativas?

Superar essa lógica do sistema global do capital me parece muito mais difícil e complexo do que imaginávamos em 1917 na Revolução Russa, em 1949 na Revolução Chinesa ou em 1959 na Revolução Cubana. Essa é uma questão que permanece e a que ainda não conseguimos responder. É um desafio para todos os socialistas e anticapitalistas: pensar, com generosidade, com plena convicção, que temos que ouvir o outro, mas fazê-lo

verdadeiramente, aprender nesse debate e tentar, no século XXI, fazer o que recentemente um belo intelectual, recentemente falecido, Daniel Singer – fica aqui uma pequena homenagem a ele –, escreveu em um livro de 1999: “O próximo milênio: será nosso ou será deles?”. Esse é o desafio que nós temos. Para isso a experiência das cooperativas nos ajuda muito. Mas a transição socialista, para além do capital, nos remete a um conjunto de problemas muito mais profundo.

O meu reparo à afirmativa de Fernando Haddad é porque eu respeito enormemente a autonomia dos trabalhadores. Acredito vivamente nela e tenho atuado há 30 anos junto aos trabalhadores, aos sindicatos e aos movimentos sociais. E, dessa experiência, creio vivamente que temos avançado, tanto na reflexão como nas experiências concretas, como é o caso exemplar do MST. E essa experiência de construção cotidiana dos trabalhadores é, em minha opinião, muito mais rica do que a das lutas institucionais.

Por isso este debate sobre socialismo é especialmente importante para os trabalhadores. Eles querem, pedem e fazem este debate porque olham o século XXI e questionam: por que essa barbárie continua?

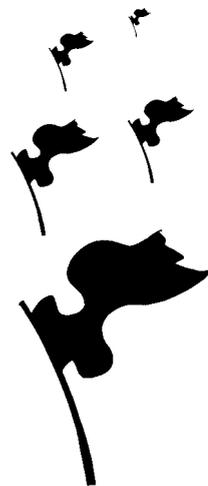
Encerro deixando o desafio de pensar de quem será este século, deles ou nosso. Estamos em uma nova fase das lutas sociais. A década de 1980 foi marcada, no cenário internacional, por um pouco de resignação, um pouco de desencanto, um pouco de paralisia. Foram anos avassaladores. Margareth Thatcher dizendo que não existia alternativa a não ser o neoliberalismo; Ronald Reagan, Helmut Kohl. Depois o neoliberalismo entrou brutalmente na América Latina e no Brasil. Essa situação mudou na década de 1990. Está havendo uma retomada das lutas sociais: Seattle, Praga, Quebec. Não há um encontro da OMC [Organização Mundial do Comércio], do FMI [Fundo Monetário Internacional] ou de qualquer um desses organismos internacionais dos capitais globais que não encontre franca oposi-

ção. Esse é o desafio que nos colocamos, e ele retoma o debate, a vitalidade e a contemporaneidade do socialismo. Obrigado.

### **Gilmar Carneiro**

Sobre a existência de sindicatos por empresa em âmbito mundial, citada por Fernando Haddad, ela é uma realidade. O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é da comissão mundial da Volkswagen. As grandes multinacionais já se organizam internacionalmente. No Mercosul existe a Coordenadoria do Cone Sul, na qual a CUT e Silvia Portela sempre tiveram um papel muito importante, mas nessa conjuntura isso aparece pouco. A questão das organizações internacionais está se revertendo agora porque a presença das centrais sindicais é fundamental para mobilizar tudo isso.

Agora aparece uma outra pauta, inspirada pela contribuição de Paul Singer, que é a articulação do socialismo com a questão da solidariedade, da qualidade de vida e dessa visão pedagógica que Gilmar



Mauro ponderou nas experiências do MST. Esse é o grande salto da visão do socialismo moderno: a cidadania e a qualidade de vida.

Quanto às nossas prefeituras, creio que, por mais que tenham dificuldades, todas elas contribuem, em maior ou menor grau, para o socialismo democrático. Apesar da estrutura, no caso das prefeituras, estamos aprendendo a dar pequenos saltos que vão revertendo o quadro atual. Estive em Itabuna, na Bahia, com Geraldo Simões, e foi lindíssimo: havia 500 pessoas em um plenário para discutir o Banco do Povo e a economia solidária, desde o superintendente da Caixa Econômica Federal, representantes de várias prefeituras, até o pessoal do PFL pedindo autorização para Simões para participar do seminário porque também queria discutir economia solidária nas prefeituras.

Quando citei aqui Benjamin Steinbruch, foi por uma indicação do Aloizio Mercadante, antes da privatização. O argumento que Steinbruch usou, que achei ótimo, foi

o seguinte: “Vou ajudar porque lidar com drogas não é fácil. Educar é mais fácil do que reverter a questão da droga”. Esse foi o argumento que ele usou para ajudar a construir, junto com o Sindicato dos Bancários em dezembro de 1995, o Projeto Travessia. Antes das privatizações ele não tinha Vale do Rio Doce, CSN [Companhia Siderúrgica Nacional], tinha apenas o Grupo Vicunha. Essas pequenas contribuições possibilitaram que muitas pessoas saíssem das ruas e das drogas.

Muitas vezes, em nome do socialismo, nos enrijecemos e deixamos de ser solidários nas pequenas coisas. A Pastoral da Criança, que atende entre 600 mil e 1 milhão de pessoas por mês, por mais que tenha a sua ortodoxia religiosa, faz muito mais do que quem fica só pregando o socialismo e não põe a mão na massa para as contribuições solidárias concretas. O socialismo do século XXI é mais humano, mais solidário do que essa visão maniqueísta da luta de classes do ponto de vista da guerra permanente.

## Sobre os autores

**Fernando Haddad**, 40 anos, é formado em Direito pela São Francisco (USP). Obteve, pela mesma Universidade, os títulos de mestre em Economia e doutor em Filosofia. Leciona Teoria Política no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP).

**Gilmar Carneiro** é coordenador da área de crédito da ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, representante da CUT no Conselho de Administração do BNDES, membro do Comitê Executivo Mundial da UNI – Union Network International (federação internacional dos trabalhadores na área de serviços), secretário de relações internacionais da CNB – Confederação Nacional dos Bancários da CUT, membro do Comitê Nacional da ABDL – Associação Brasileira de Desenvolvimento de Lideranças em Meio Ambiente e diretor da Cooperativa de Crédito dos Bancários de São Paulo. Foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e secretário-geral nacional da CUT. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

**Ricardo Antunes** é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Unicamp) e Visiting Research Fellow na Universidade de Sussex (Inglaterra). É autor, dentre outros, de *Os sentidos do trabalho* (Boitempo, 6ª edição) e *Adeus ao trabalho?* (Cortez/Unicamp, 8ª edição, também publicado na Itália, Argentina, Venezuela e Colômbia). É coordenador da Coleção *Mundo do Trabalho* (Boitempo).

**Gilmar Mauro** é agricultor e membro da Direção Nacional do MST.

## **Programa do segundo ciclo de seminários Socialismo e Democracia realizados no primeiro semestre de 2001**

Os seminários foram promovidos pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do PT

**26 de março** – Perspectivas que a vitória das esquerdas nas eleições municipais de 2000 abre à construção do socialismo

Expositor: Luiz Inácio Lula da Silva (Presidente de Honra do PT)

Comentadores: Marta Suplicy (prefeita de São Paulo), Raul Pont (ex-prefeito de Porto Alegre) e Luiz Dulci (presidente da Fundação Perseu Abramo)

**9 de abril** – Perspectivas que o desenvolvimento local e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo

Expositor: Celso Daniel – prefeito de Santo André  
Comentadores: Ladislau Dowbor (professor da PUC-SP), Marina da Silva (senadora pelo Acre) e Miguel Rossetto (vice-governador do Rio Grande do Sul)

**23 de abril** – O orçamento participativo como um dos pressupostos políticos da construção do socialismo

Expositor: Olívio Dutra – governador do Rio Grande do Sul

Comentadora: Maria Victoria Benevides (profa. da USP e da Escola de Governo)

**7 de maio** – Papel dos sindicatos e cooperativas ante as mudanças nas classes sociais e suas lutas, na perspectiva do socialismo

Expositor: Fernando Haddad – professor da USP  
Comentadores: Gilmar Mauro (dirigente nacional do MST), João Felício (presidente nacional da CUT) e Ricardo Antunes (professor da Unicamp)

**21 de maio** – A luta pela terra e a organização dos assentamentos como contribuição para a construção do socialismo

Expositor: Plínio de Arruda Sampaio – ex-deputado federal e consultor da ONU

Comentadores: José Graziano da Silva (professor da Unicamp)

**4 de junho** – Perspectivas que a revolução microeletrônica e a internet abrem à luta pelo socialismo

Expositor: Laymert Garcia – professor da Unicamp  
Comentadores: Bernardo Kucinski (professor da USP), Maria Rita Kehl (psicanalista) e Walter Pinheiro (líder do PT na Câmara dos Deputados)

**18 de junho** – Alternativa socialista ante a globalização financeira

Expositor: Reinaldo Gonçalves – professor da UFRJ  
Comentadores: João Sayad (secretário de Finanças de São Paulo), Ronald Rocha (dirigente nacional do PT) e Tânia Bacelar (secretária de Planejamento de Recife)

Leia também da coleção

## Socialismo em discussão

### 1º ciclo

*Globalização e socialismo*

Maria da Conceição Tavares, Emir Sader e Eduardo Jorge

*Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*

Francisco de Oliveira, João Pedro Stedile e José Genoíno

*Economia socialista*

Paul Singer e João Machado

*O indivíduo no socialismo*

Leandro Konder e Frei Betto

*Instituições políticas no socialismo*

Tarso Genro, Edmilson Rodrigues e José Dirceu

### 2º ciclo

*Orçamento participativo e socialismo*

Olívio Dutra e Maria Victoria Benevides

*Poder local e socialismo*

Celso Daniel, Maria Silva, Miguel Rossetto e Ladislau Dowbor

*Socialismo e globalização financeira*

Reinaldo Gonçalves, João Sayad, Ronald Rocha e Tânia Bacelar

*Revolução tecnológica, internet e socialismo*

Laymert Garcia dos Santos, Maria Rita Kehl, Walter Pinheiro e Bernardo Kucinski